RELAÇÃO DE TROCAS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 1 JANEIRO DE 1988

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

12 II 89

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S.A.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSI

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Bruno Marcus Rangel Pessanha, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cy Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**, fone: 233-6443; Bruno Marcus Rangel Pess **(pecuária e cacau)**, fone: 233-6443; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz, feijão e tomate)**, fone: 233-6338; Fernando Robert Freitas Almeida **(soja, trigo e uva)**, fone: 233-6443; Fernando da Silva Santiago **(café e amendoim)**, fone: 253-2066; Inês Teresa Gaspar da Costa **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**, fone: 233-6338; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**, f 253-1263; Janete Fajardo Zaidhaft **(cebola e mamona)**, fone: 253-1263; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**, f 233-6195; e Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)**, fone: 253-1263.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, fone: 233-6338; Lúcio Junqu Campos **(preços recebidos)**, fone: 233-6195; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**, fone: 233-8588; e Oraide Terez Novaes **(preços de insumos)**, fone: 253-2066.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 233-6040; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristin Silva Leite.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S.A.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventu comunicação de mudança de endereç remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

Os temas ligados à preservação da natureza vêm ganhando destaque em todo o mundo, em anos recentes. A preocupação com a vida, seja ela humana, animal, ou vegetal, alastra-se pelo planeta, à medida que as seqüelas da industrialização acelerada de nossa época apresentam um horizonte cada vez mais sombrio às gerações vindouras.

No Brasil, o recente ***acidente nuclear*** *de Goiânia fez com que se atentasse para o profundo despreparo de uma sociedade que se supõe moderna. Até mesmo o* ***tratamento*** *dispensado aos animais afetados pelo césio espelha a triste e feia realidade do país. Por cortesia da revista* ***Globo Rural****, transcreve-se aqui artigo de autoria de* ***José Hamilton Ribeiro****, publicado em seu número de dezembro. É um relato estarrecedor, que se soma à trágica sucessão de erros e omissões da tragédia humana que se abateu sobre aquela cidade:*

"Para sacrificar os cinco porcos, dois cachorros e sessenta aves – entre galinhas, patos e gansos – também vitimados pelo crime atômico de Goiânia, foi usado um método que dá bem a medida do Brasil de hoje. Deixaram os animais dois dias sem comer e depois lhes serviram lavagem, 'temperada' com porções de um agrotóxico, o ***Furadan****. Foram duas horas de lenta, dolorosa e absolutamente dispensável – e criminosa – agonia. Veterinários, zootecnistas e agrônomos consultados por mim foram unânimes e imediatos em tachar de 'absurdo', 'ridículo', 'patético' e 'atestado de absoluta incompetência' o que foi feito. Se houvesse possibilidade de contato com os animais – disse-me o professor Tabajara, da Universidade Federal de Santa Maria –, poder-se-ia usar a 'embolia', uma injeção de ar na veia que causa morte instantânea e sem dor. Se, por razões de segurança, não pudesse haver aproximação, podia ser montada uma câmara de gás, usando escapamento de automóvel numa sala fechada, onde os animais, em poucos minutos, passariam a um estado de sonolência que terminaria no sono profundo e definitivo. Em último caso, o tiro. Um atirador treinado usando arma só de impacto (até sem pólvora), podia prostrar os animais, um a um, em situação de morte instantânea, e misericordiosa.*

Um produto químico que tem sua função (discutível) na agricultura para provocar dor e lenta agonia em animais é uma distorção absurda e cínica, se não fosse, talvez, apenas mais um diploma de ignorância, incompetência e de ausência de bons sentimentos."[1]

[1] *Reprodução autorizada.*

SUMÁRIO

PRODUTOS ANIMAIS
- Avicultura 2
- Pecuária de Corte 7

PRODUTOS VEGETAIS
- Sisal 11

ENSAIOS ESPECIAIS
- Vinho 14

RELAÇÃO DE TROCAS 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 20

MATÉRIAS PUBLICADAS NO ANO DE 1987 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AVICULTURA

A produção de frangos cresce e se equipara à de carne bovina, mas o rebaixamento do poder de compra da população começa a afetar até o mercado de carnes mais baratas.

A produção de 1,8 milhão de t de carne de frangos, em 1987, representou novo recorde, segundo a **Apinco.** Considerando-se que sua participação no total de carne de aves tenha sido de aproximadamente 97%, conclui-se que se produziram comercialmente perto de 1,86 milhão de t de carne avícola (ver Gráfico 01). A exportação deverá ser de aproximadamente 200 mil t.

O consumo aparente **per capita,** portanto, pode ser estimado em cerca de 12 kg/ano, quase 20% acima do patamar registrado em 1986, e, pela primeira vez, equivalente ao de carne bovina.

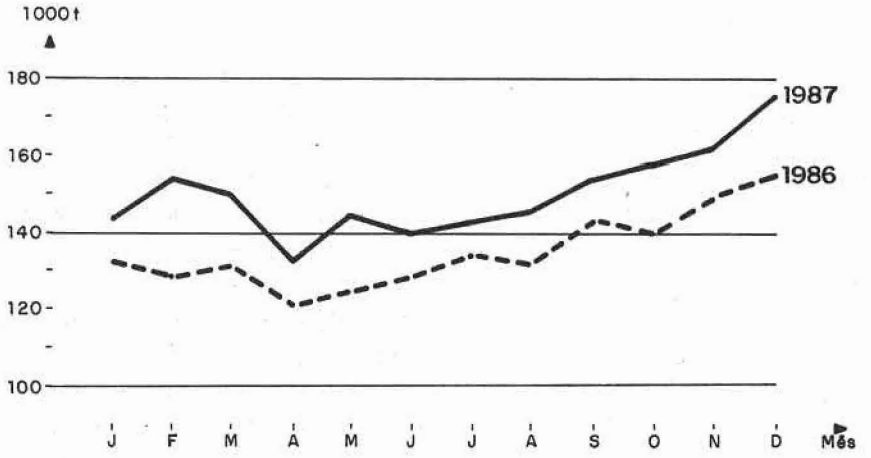
O crescimento do consumo de carne de frango vem do início dos anos 70, mas a tendência de equiparação com o de carne vermelha só veio a se configurar na presente década, com a queda do ritmo de expansão do rebanho bovino. A grande crise de oferta da carne bovina em 1986, obrigando os consumidores a optarem pela carne de aves, foi sinal e causa para a sua concretização. Os avicultores, impulsionados pela maior demanda, expandiram então os criatórios, acarretando acentuada expansão da oferta de carne em 1987. A acelerada perda de poder aquisitivo da população verificada em 1987, completou o quadro econômico favorável à carne de aves, mais barata do que a bovina.

A análise da relação entre o salário mínimo e os preços do frango limpo e da carne bovina, na cidade de São Paulo, evidencia o encarecimento relativo da carne vermelha. Em média, em 1986, o salário mínimo[1] adquiriu 28,8/kg de carne bovina e 45 kg de carne de frango. Em 1987, estas relações transformaram-se, respectivamente, em 22,6 kg e 53,4 kg, evidenciando a maior vantagem comparativa da carne de aves (ver artigo sobre **Pecuária de Corte** neste número).

Não obstante os aspectos favoráveis, os criadores consideraram desestimulante o período, já que o preço médio recebido pela ave viva depreciou-se, em termos reais, frente ao de 1986 (ver Quadro 01). É necessário lembrar que o cotejo é prejudicado pela atipicidade econômica de 1986, ano do **Plano de Estabilização Econômica.** De fato, se, entre janeiro e outubro de 1987, o preço real do frango vivo em São Paulo foi 22% inferior ao de igual período de 1986, este percentual cai para apenas 5% quando comparado com o mesmo período de 1985.

Tradicional termômetro da lucratividade da criação avícola, o preço relativo **frango/ração** no estado de São Paulo foi, nos dez primeiros meses de 1987, 3% e 10% maior, respectivamente, do que nos mesmos períodos de 1986 e de 1985. Em princípio, esta seria a principal justificativa para o fato de o alojamento de matrizes de corte, no país, ter sido, no período, quase 30% superior ao de igual período de 1986, já que a comparação do preço médio recebido naquele estado com o custo total de produção de frango vivo, avaliado

GRÁFICO 01 – BRASIL – PRODUÇÃO MENSAL DE CARNE DE FRANGOS 1986 E 1987



FONTE – Apinco.

1 Incluindo-se o 13º salário.

QUADRO 01 – SÃO PAULO – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOI GORDO E FRANGO VIVO, E PREÇOS NO VAREJO DE CARNE BOVINA E FRANGO – 1986 E 1987

MÊS	BOI GORDO (Cz$/@)		FRANGO VIVO (Cz$/kg)		BOI GORDO/	CARNE BOVINA (Cz$/kg)		FRANGO LIMPO (Cz$/kg)		CARNE BOVINA/
	Nominal	Real[1]	Nominal	Real[1]	Frango Vivo	Nominal	Real[1]	Nominal	Real[1]	FRANGO LIMPO
JAN/1986	211,89	1.316	8,62	54	1,64	24,90	155	15,90	99	1,57
FEV	214,15	1.157	9,07	49	1,57	26,01	132	15,19	82	1,71
MAR	213,13	1.091	7,71	39	1,84	25,36	130	14,56	75	1,74
ABR	214,10	1.103	7,74	40	1,84	25,07	129	14,86	77	1,69
MAI	219,02	1.124	8,23	42	1,77	24,91	128	14,70	75	1,69
JUN	237,80	1.214	8,95	46	1,77	25,23	129	14,84	76	1,70
JUL	258,70	1.313	10,07	51	1,71	25,26	128	14,76	75	1,71
AGO	283,80	1.421	10,74	54	1,76	25,15	126	15,26	76	1,65
SET	329,77	1.634	11,03	55	1,99	–	–	–	–	–
OUT	292,58	1.430	11,06	54	1,76	25,26	123	18,93	92	1,33
NOV	390,66	1.863	12,74	61	2,04	36,55	174	28,83	137	1,27
DEZ	554,98	2.461	14,04	62	2,64	55,95	248	35,49	157	1,58
MÉDIA 1986	285,05	1.427	10,00	51	1,88	29,06	146	18,48	85	1,71
JAN/1987	542,85	2.148	13,86	55	2,61	64,53	255	39,42	156	1,64
FEV	473,88	1.644	12,60	44	2,51	54,97	191	29,42	102	1,87
MAR	457,64	1.380	12,26	37	2,49	55,60	168	28,10	85	1,98
ABR	467,62	1.174	14,02	35	2,22	59,73	150	29,01	73	2,06
MAI	613,37	1.207	20,51	40	2,49	77,80	153	43,55	86	1,79
JUN	616,35	1.322	20,73	32	2,72	76,60	120	43,41	68	1,76
JUL	762,08	1.090	21,50	31	2,36	92,16	132	39,88	57	2,31
AGO	912,26	1.249	25,97	36	2,34	102,45	140	39,81	54	2,57
SET	966,71	1.225	27,69	35	2,33	104,58	133	46,62	59	2,24
OUT	1.040,65	1.187	31,29	36	2,22	118,91	136	54,48	62	2,18
NOV	...	...		...		139,82	140	61,05	70	2,29
DEZ	...	...		...						
MÉDIA 1987	685,34	1.327	20,04	38	2,32	86,10	156	41,34	79	1,99

FONTE – Instituto de Economia Agrícola/SP. @ = 15 KG [1] Corrigido pelo IGP-DI, novembro/87

pela **Apa**, descortinava prejuízos sistemáticos no período (ver Quadro 02). De fato, a justificativa dos criadores para esta aparente contradição reside não só na abundante oferta de milho, como também nas promessas governamentais (não totalmente cumpridas) de que seria dado tratamento preferencial à atividade, em especial no que diz respeito à política tributária[2] e à formação de estoques reguladores. Além disso, o acentuado aumento do consumo deflagrado em 1986 e mantido durante a fase de tabelamento dos preços em 1987, deu suporte ao aumento da oferta, retardando eventuais decisões de redução do plantel.

No **front** externo, os resultados ficaram muito aquém do desejado pelos exportadores. Em 1986, as vendas ao exterior foram reduzidas pelo avanço do consumo interno, na medida em que o governo obteve dos empresários o compromisso de diminuírem a quantidade exportada. Além do mais, os tradicionais adquirentes do produto brasileiro vêm avançando em direção à auto-suficiência, o que tem acarretado perdas sucessivas de fatias desse mercado. O resultado do período, portanto, não ultrapassou 224,7 mil t (18% a menos do que em 1985), tendo a arrecadação sido da ordem de US$ 220,3 milhões **Fob** (8% menor).

Quanto ao ano de 1987, até outubro as vendas ao exterior haviam sido de 174,7 mil t (9% menos do que em igual período de 1986), enquanto a arrecadação não ultrapassou os US$ 177 milhões **Fob** (5% a menos) (ver Gráfico 02).

O intempestivo ingresso dos **EUA** na disputa neste mercado significou prejuízo adicional aos exportadores brasileiros, já que o produto norte-americano conta com amplos incentivos por parte do **Export Enhancement Program (EEP)**. Anunciado pelo **USDA** em 15/05/85, para vigorar até 1988, o **EEP** conta com recursos da ordem de, no mínimo, US$ 1 bi-

2 Embora o frango ainda conte com crédito presumido de 40% sobre o **ICM** de 17%, desde setembro foi paulatinamente diminuída a redução adicional aplicada sobre o recolhimento, até sua total extinção em dezembro, quando a tributação foi fixada no líquido de 10,2%.

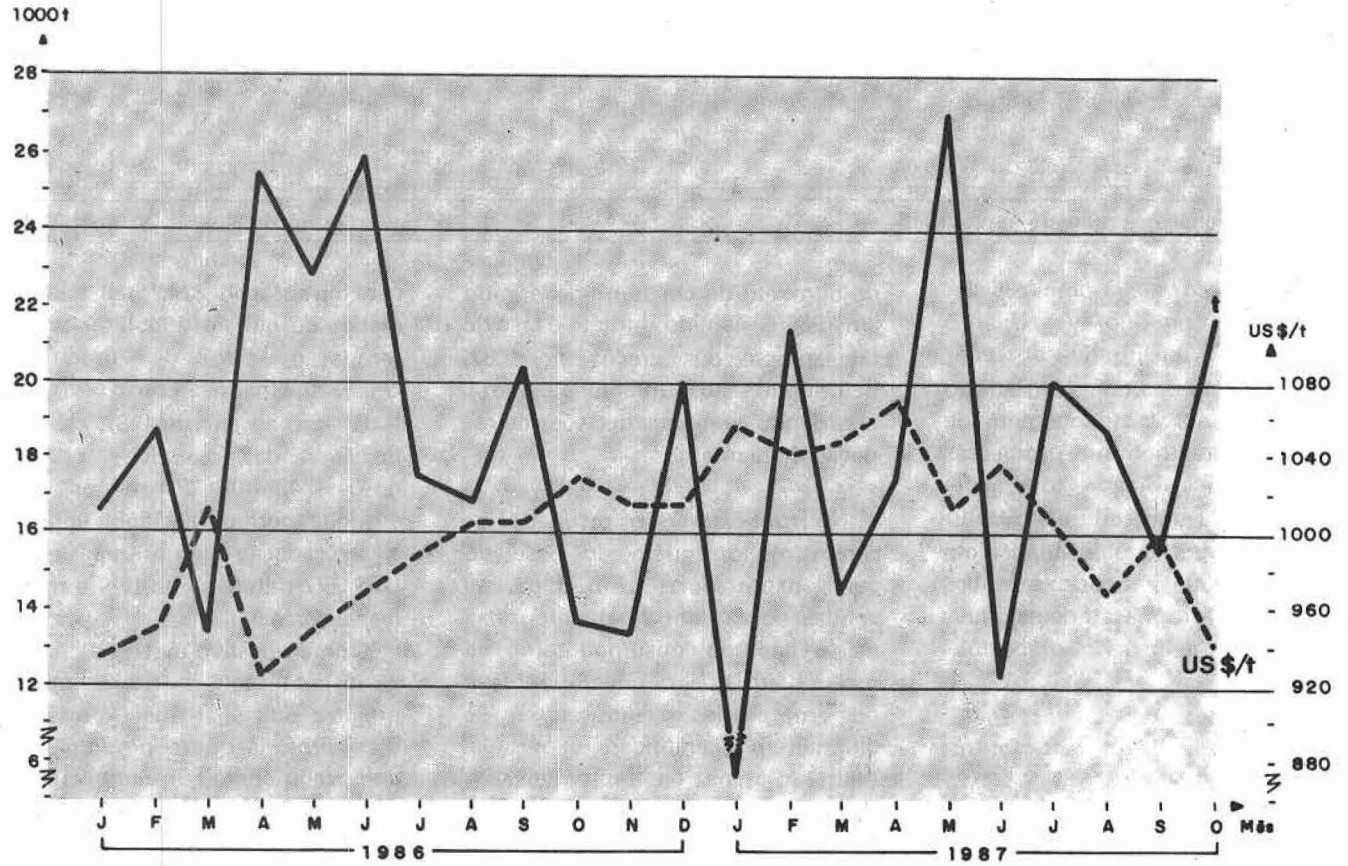
QUADRO 02 – SÃO PAULO – FRANGO VIVO PARA CORTE – PREÇOS RECEBIDOS E CUSTO DE PRODUÇÃO MENSAIS – JANEIRO A OUTUBRO – 1987

MÊS	CUSTO DE PRODUÇÃO (Cz$/kg) (A)	PREÇO RECEBIDO (Cz$/kg) (B)	(B/A)
Jan	12,79	13,86	1,08
Fev	13,83	12,60	0,91
Mar	14,59	12,26	0,84
Abr	16,31	14,02	0,86
Mai	20,43	20,51	1,00
Jun	22,61	20,73	0,92
Jul	25,84	21,50	0,83
Ago	28,20	25,97	0,92
Set	34,17	27,69	0,81
Out	37,84	31,29	0,83

FONTE – IEA/SP e Apa.

lhão. Seu propósito é tornar competitivas as vendas norte-americanas de certas mercadorias nas regiões onde há concorrência de similares subsidiados, oriundos principalmente da **CEE**. Respaldadas nesta proteção, as vendas norte-americanas de carne de aves avançaram 31% em 1986, frente às de 1985, alcançando 275 mil t e desbancando o **Brasil** de sua posição tradicional de segundo maior exportador (ver Quadro 03). Para 1987, o **USDA** estima que os **EUA** exportarão 362 mil t, das quais quase 80% serão de partes de aves.

GRÁFICO 02 – BRASIL – EXPORTAÇÃO MENSAL (t) DE CARNE DE AVES E PREÇO MÉDIO (US$/t-Fob) – 1986 e 1987[1]



FONTE – Abef.

[1] Janeiro a outubro.

Até fins de 1987, a quantidade de frango congelado exportável, favorecida pelo **EEP**, era de 152,5 mil t, tendo as vendas, até meados de 1987, sido direcionadas à **República Dominicana** (1%), **Egito** (53%), **Iraque** (43%) e **Ilhas Canárias** (3%).

Outrossim, permanece a concorrência francesa, cujo produto conta, tradicionalmente, com grandes subsídios. Segundo o **Centro Francês de Comércio Exterior**, de janeiro a agosto, as vendas de carnes de aves pela **França**[3] foram de 131,1 mil t, cerca de 21% a menos do que em igual período de 1986, denunciando as dificuldades causadas pela entrada norte-americana no mercado.

Se as perspectivas da avicultura de corte são consideradas ruins pelos criadores, muito mais a reclamar têm os criadores brasileiros de aves de postura. Isto porque o plantel de galinhas poedeiras foi também grandemente aumentado em função do crescimento do consumo de ovos, em 1986. Contudo, como as características deste mercado são muito diferentes das daquele de carne de aves, as perdas dos criadores foram mais agudas ao longo de 1987. Neste contexto, chegou-se até a veicular campanha de consumo na cidade de São Paulo, buscando escoar o excesso de produção[4].

Segundo a **Associação Paulista de Avicultura**, em 1987, o plantel estimado médio mensal de poedeiras no país foi cerca de 19% maior do que o de 1986, atingindo 63,8 milhões de cabeças. A produção comercial de ovos alcançou, em nível nacional, cerca de 1,3 bilhão de dúzias, ou 18% a mais do que em 1986. Isto significa que o consumo aparente do produto teria aumentado 16% entre 1986 e 1987, passando de 94 unidades/habitante/ano para 109 unidades/habitante/ano.

QUADRO 03 – EUA – EXPORTAÇÕES DE CARNE DE AVES (t) E DE OVOS (milhões de unidades) 1985, 1986 e 1987[1]

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1987/86
CARNE DE AVES (t)				
Frangos				
inteiros	12.820	36.415	65.000	+78,5%
em pedaços	176.277	220.393	275.000	+24,8%
Para uso industrial	8.955	6.303	10.000	+58,7%
TOTAL	198.052	263.111	350.000	+33,0%
Perus				
inteiros	3.168	3.209	3.500	+ 9,1%
em pedaços	9.175	8.875	8.500	– 4,2%
TOTAL	12.343	12.084	12.000	– 0,7%
OVOS (milhões)				
Para incubação	158,8	175,7	180,0	+ 2,4%
Ovos com casca para consumo	166,5	135,6	180,0	+32,8%
Produtos de ovos (t)	12.665	25.462	25.000	– 1,8%

FONTE – Agra Europe.
1 Estimado.

No entanto, embora a ingestão do produto ainda esteja muito aquém do verificado em regiões desenvolvidas (205 unidades/habitante/ano na **Europa** e na **América do Norte**, em 1987), os criatórios de postura estiveram às voltas com problemas de excesso de oferta durante todo o ano, que se traduziram basicamente no acentuado descompasso entre o preço recebido e o custo de produção, por mais que este último tenha diminuído, diversos meses, em termos reais.

Em conseqüência, o alojamento mensal de poedeiras de ovos brancos tendeu, a partir de maio de 1987, a decrescer, aproximando-se dos níveis considerados **normais**, de 1985.

A situação atual da avicultura, tanto de corte como de postura, não pode, pois, ser qualificada de **confortável**. Isto porque permanece a tendência de reajustes salariais em ritmo incompatível com a inflação, e não há a mínima perspectiva de reposição das perdas do poder de compra acumuladas ao longo dos últimos meses.

Por outro lado, as primeiras avaliações da **CFP** quanto à área plantada com o milho, na safra 1987/88 do **Centro-Sul**, indicam que a produção será de 12 a 15% inferior à de 1986/87. Muito embora a próxima colheita possa ser ainda elevada em termos históricos, é improvável que se repita a desvalorização do preço do grão ocorrida em 1987, na medida em que não deverá haver a folga entre a oferta e a demanda, então registrada.

Por último, a previsão de preço baixo da carne bovina no curto prazo adiciona elementos também desestimulantes à exploração avícola. Além disso, como o abate de matrizes se acentua em fase de preços desfavoráveis (resultante também da erosão do poder de compra dos assalariados), há indícios de que a oferta de carne bovina será excessiva no início de 1988, acentuando a tendência sazonalmente baixista das cotações da ave e fortalecendo a intenção atual dos avicultores de diminuírem em 20% a produção.

3 Excluído o comércio **intra-CEE**.

4 O estado responde por 40% da produção do país.

EEP desempenha papel de grande importância no crescimento das exportações norte-americanas de carnes de aves.

Robert H. Brown

A carne de aves tem tido grande participação no **Export Enhancement Program (EEP)**, com tendência a aumentar em 1987, de acordo com os números divulgados pela publicação **"Foreign Agriculture Service" (FAS).**

As exportações norte-americanas de carne de aves em 1986 alcançaram um total de US$ 504,3 milhões, 31% a mais do que em 1985. Um novo aumento, de 23% estimado para 1987, com base no **EEP**, fará as vendas saltarem para US$ 610 milhões.

O **Conselho Norte-Americano de Exportação de Aves e Ovos** e o **Conselho Nacional de Frangos** assinalam que o último relatório mostra que as partes de aves continuarão a ser o produto avícola mais exportado, nos próximos meses, dentro do **EEP.**

Japão, Cingapura, Hong Kong, países do **Caribe, México** e **Canadá** foram os maiores compradores de 1982 a 1986, mas as vendas ao **Egito** cresceram em 1986, devido basicamente ao **EEP**, com o país tornando-se o terceiro maior mercado de exportação.

O primeiro **EEP** para aves foi anunciado ao fim de 1985 e, desde então, mais de 81.600 t de frangos e partes de aves, além de 55 milhões de ovos para consumo domiciliar, foram vendidos a outros países.

Segundo informações da **FAS**, deverão ser incluídas no **EEP** mais 58.900 t de frangos e partes de aves, além de 703 milhões de ovos para consumo domiciliar.

FAS informa também que mais de US$ 57,5 milhões serão repassados ao segmento avícola, a título de bônus, adicionando que o **EEP** está dando um **grande apoio** aos exportadores norte-americanos de carne de aves e de ovos.

O **Japão** é um dos quatro maiores importadores mundiais de carne de aves. O **Conselho de Exportação** está promovendo, no momento, uma campanha agressiva de divulgação neste mercado, utilizando anúncios coloridos em revistas e em veículos automotores, conforme revelou **John Langwick**, diretor do **Conselho.**

Embora o **Brasil** esteja aumentando este ano sua produção, a **FAS** prevê que as exportações em 1987 deverão igualar as de 1986.

O **Conselho** está concentrando a maior parte de seus esforços no **Oriente**, segundo informou **Langwick**, e os resultados têm aparecido no total das exportações.

Cingapura, por exemplo, involuiu de quase auto-suficiência na produção de aves, há menos de uma década, para uma grande dependência das importações. Frangos inteiros são importados da **Malásia** para atenderem o consumo de carne fresca, mas parece estar diminuindo o preconceito contra partes congeladas de aves, conforme informações da **FAS.**

A produção e o consumo de frangos continuam a aumentar na **CEE.** No entanto, as exportações da **Comunidade** estão diminuindo, devido ao aumento da competição estrangeira. Os subsídios às exportações na **CEE** atingiram níveis recordes em 1986, para fazer face à competição dos **EUA.** Esta disputa deverá aumentar, à medida em que as aves em pedaços, provenientes dos **EUA**, têm prejudicado as vendas de aves inteiras da **CEE** nos mercados do **Oriente Médio.**

O plano anti-inflacionário do **Brasil** e, no ano passado, a séria escassez de carne bovina, expandiram muito a demanda interna de frango, com a resultante diminuição das exportações. A despeito do aumento da produção de frango neste ano, a **FAS** considera que as exportações em 1987 serão semelhantes às do ano anterior.

Na **Jamaica**, segundo a mesma fonte, as importações de partes de frangos deverão continuar a aumentar. Mais turistas estão comendo mais carne avícola. Na culinária caribenha, utilizam-se muito os cortes de pescoço e costas de aves em sopas e cozidos.

FAS informa ainda, que as exportações norte-americanas de carne de aves e de ovos, durante o primeiro trimestre de 1987, alcançaram US$ 121,2 milhões, 2% a menos do que no mesmo período de 1986. No entanto, o total das vendas de pedaços de aves alcançou 66,3 mil t, no valor de US$ 74,5 milhões, 18% e 29%, respectivamente, a mais do que um ano antes.

É mais difícil quantificar as exportações de ovos do que de aves, devido a complicações no transporte marítimo. No entanto, os produtos de ovos continuam na liderança: o valor das vendas de ovos sem casca aumentou em 123%, as de albúmen de ovos (não desidratado), em 104% e, as de ovos desidratados, em 90%, revelou o **Conselho de Exportação.**

Recentemente, 2.000 libras-pesos (cerca de 900 kg) de mistura de ovos desidratados chegaram à **Guiné**, sendo o primeiro produto norte-americano enviado àquele país. Se há alguma demanda para ovos desidratados nos mercados locais, o mercado da **Guiné** possui um tremendo potencial, afirmou **Langwick.** A mistura destina-se a ser distribuída em hotéis, restaurantes, padarias e outros locais. Também está sendo empacotada em sacos plásticos, para ser vendida nos mercados locais.

*Publicado originalmente em **Feedstuffs**, em 8 de junho de 1987. Tradução de **Irene Raguenet Troccoli**, economista do **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.***

PECUÁRIA DE CORTE

Preços caem mais pela perda de capacidade de compra do que pelo aumento da oferta. A elevação da taxa de abate de matrizes indica escassez de carne em 1990.

A carne bovina leva, em média, quatro anos para chegar à mesa do consumidor. Essa é a principal diferença de outros alimentos proteínicos, como as carnes avícola e suína, cujo tempo de produção é muito menor. O frango de granja comercial, por exemplo, está pronto para abate em menos de cinqüenta dias, isto é, demanda trinta vezes menos tempo do que o boi necessita para atingir o peso de abate, no país. Daí, a conclusão de que a bovinocultura de corte é uma atividade de longo prazo por excelência, exigindo investimentos vultosos, de retorno demorado. Por conseqüência, os preços de seu produto principal – a carne – são elevados, aqui e em qualquer parte do mundo, mesmo nos países em que a idade de abate é bem menor.

Neste contexto, a condição essencial para que a atividade prospere é que a economia interna dos países produtores esteja sempre em crescimento (para absorver a produção) ou que se disponha de tecnologia de produção capaz de atender às exigências do mercado internacional, que além de pequeno e **rígido**, já conta com fornecedores tradicionais, mais qualificados (ver **Agroanalysis**, volume 10 nº 3, março de 1986).

No Brasil, há essas pré-condições mas, em razão das baixas produção e produtividade do rebanho, existem dificuldades para que se atenda simultaneamente aos mercados externo e interno, principalmente quando o último é demandante, como aconteceu em 1986.

O conceito do **ciclo pecuário** foi desenvolvido com base nos preços do boi gordo, para explicar a escassez ou a abundância periódica de carne bovina. As perturbações que, na presente década, têm-se verifica-

QUADRO 04– BRASIL – BEZERRO, BOI MAGRO E BOI GORDO – PREÇO[1] RECEBIDO PELO PRODUTOR; CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇO REAL[1] DA CARNE BOVINA NO VAREJO – 1986-87 (até outubro)

MÊS	PREÇOS RECEBIDOS NO BRASIL						PREÇOS NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	Bezerro (Cz$/Cab)		Boi Magro (Cz$/Cab)		Boi Gordo (Cz$/@)		Carne Bovina (Cz$/kg)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Janeiro	5.867,89	9.666,23	11.133,96	17.704,78	1.256,23	2.063,44	155,32	256,38
Fevereiro	5.251,31	8.439,35	10.225,10	15.830,84	1.070,87	1.637,19	132,75	192,12
Março	5.546,42	7.292,27	10.709,30	13.995.54	1.093,08	1.389,06	130,35	168,32
Abril	5.975,62	6.192,98	11.288,72	11.840,60	1.107,93	1.154,39	129,61	150,59
Maio	6.430,89	5.398,46	11.797,98	10.177,87	1.120,98	1.096,06	128,38	153,75
Junho	7.205,20	4.390,66	12.831,70	8.507,43	1.190,51	913,65	129,33	120,28
Julho	7.707,10	4.308,78	13.675,41	8.342,59	1.272,65	960,90	128,68	132,34
Agosto	8.116,80	4.503,20	14.496,80	8.987,32	1.353,40	1.090,29	126,42	140,79
Setembro	8.577,70	4.454,38	15.518,01	9.143,64	1.478,33	1.130,95	...	133,05
Outubro	9.073,66	4.345,68	15.978,01	8.961,04	1.429,72	1.090,31	123,88	136,11
Novembro	9.206,29		16.293,50		1.564,81		174,97	
Dezembro	9.440,30		17.207,36		1.958,75		248,99	
Média do 1º semestre	6.046,22	6.896,66	11.331,13	13.009,51	1.139,93	1.375,63	134,29	173,57
Média de julho a outubro	8.368,82	4.403,01	14.917,07	8.858,65	1.383,53	1.068,11	126,33	135,57

FONTE – FGV/Ibre/Cea, IEA/SP.

[1] Corrigido pelo IGP-DI, para novembro de 1987.

@ = 15kg

do na **curva de preços**, espelham a instabilidade da economia e demonstram a **incompatibilidade** da bovinocultura de corte com períodos recessivos. A mudança no ritmo de crescimento do rebanho que, na presente década, tem sido inferior à taxa de crescimento demográfico (ver **Agroanalysis**, volume 11, nº 4, abril de 1987), constitui outra evidência desse **desencontro** econômico. Por outro lado, tem favorecido o crescimento das produções de carnes substitutas (de frango e de suínos), atividades que progridem em fases de desfavorabilidade econômica para a carne bovina.

O **Plano de Estabilização Econômica** acarretou transtornos de vulto ao mercado de produtos bovinos e suas seqüelas continuam a incidir de modo enfático na atividade criatória, em consonância com a instabilidade geral da economia. O comportamento dos preços reais dos animais de reposição (bezerro, boi magro), do boi gordo e da carne bovina vem em socorro da afirmativa, ao se mostrar bastante atípico no segundo semestre de 1987, refletindo em toda a sua plenitude as seqüelas mencionadas e a política de aviltamento salarial embutida no denominado **Plano Bresser**.

Depois de queda vertical na primeira metade do ano, os preços mantiveram-se praticamente estáveis no período entre junho e outubro, justamente na fase da entressafra, quando indefectivelmente ocorrem as maiores altas. Assinale-se que, apesar da queda abrupta das cotações, ainda assim a média do primeiro semestre para cada categoria superou nitidamente a do ano anterior: bezerro, +14,1%; boi magro, +14,8%; boi gordo, +20,7%; e carne +29,3% (ver Quadro 04 e Gráfico 03). São três as explicações para o fato: a primeira refere-se à forte majoração das cotações (sobretudo no segundo semestre de 1986), à revelia do **congelamento** dos preços decretado em fevereiro daquele ano, processo que atingiu seu ápice em janeiro de 1987. Como a alta atingiu níveis recordes, a média do primeiro semestre de 1987 persistiu elevada, mesmo com queda repentina dos preços no período. A segunda diz respeito à coincidência da safra, época de queda natural dos preços, com a retomada do impulso inflacionário. A terceira foi que, neste período, teve início também a implementação da política de arrocho salarial, provocando o arrefecimento da demanda em intensidade idêntica à sua exacerbação, verificada no ano anterior.

Os preços da carne bovina no varejo da cidade de São Paulo parecem constituir exceção, vez que, diferentemente dos outros produtos pecuários, revelou pequena alta (+7,3%) no quadrimestre de junho a outubro (ver Quadro 04). A distorção deveu-se provavelmente às dificuldades para a coleta de preços realmente praticados no mesmo período do ano anterior, quando o tabelamento para a carne bovina, decretado pelo governo, vigorava apenas na aparência, já que os preços cobrados no mercado retalhista estavam onerados por ágio.

Após a turbulência que marcou o mercado de carne bovina em 1986, a oferta vem pouco a pouco se normalizando nos últimos meses (ver Quadro 05). Defronta-se, no entanto, com obstáculo de difícil transposição, configurado pelo baixo poder de compra da população. Não obstante o preço médio situar-se abaixo da média do período 1985-87, a quantidade de carne bovina passível de ser comprada com o salário mínimo é a menor dos últimos doze anos (ver Quadro 06). O paradoxo econômico fica mais evidente ao se observar que, até em 1980, quando o preço médio era então 36,8% maior do que a média de 1987, comprava-se mais 20,1% de carne bovina com o salário mínimo. Em razão dessas dificuldades de colocação do produto no mercado, era previsível a reação dos pecuaristas, que, em junho, voltaram a abater matrizes em percentual mais alentado (30,8%, no período de junho a outubro, contra 27,7% no primeiro pentamestre). Recorde-se que, em 1986, quando a euforia do **Plano Cruzado** ainda vigorava, o abate de ma-

QUADRO 05– BRASIL – ABATE DE BOVINOS E PESO DAS CARCAÇAS – 1986-87
(janeiro a outubro)

PERÍODO	BOVINOS EM GERAL			BOI			VACA			VITELO		
	1986	1987	Δ %	1986	1987	Δ %	1986	1987	Δ %	1986	1987	Δ %
Abate (1.000 cabeças)												
Janeiro a Outubro	8.015	8.390	4,7	5.646	5.892	4,4	2.339	2.458	5,1	30	40	33,3
Peso das carcaças (1.000 t)												
Janeiro a Outubro	1.716,7	1.807,3	5,3	1.316,4	1.381,5	4,9	397,8	422,7	6,2	2,5	3,1	24,3

FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.

QUADRO 06 – CIDADE DE SÃO PAULO – PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO (SM)[1] EM RELAÇÃO À CARNE BOVINA 1975-87

ANO	VALOR REAL[2] DO SALÁRIO MÍNIMO (Cz$/mês)	PREÇO REAL[2] DA CARNE BOVINA (Cz$/kg)	EQUIVALENTE DE SM EM CARNE BOVINA (kg)	ÍNDICE (1975=100)
1975	6.084,05	161,37	37,70	100
1976	6.181,05	138,53	44,62	118
1977	6.243,32	129,55	48,19	128
1978	6.376,99	168,29	37,89	101
1979	6.427,82	206,90	31,07	82
1980	6.051,36	213,83	28,30	75
1981	5.859,21	150,27	38,99	103
1982	5.957,69	141,97	41,96	111
1983	5.092,21	163,05	31,23	83
1984	4.389,78	156,66	28,02	74
1985	4.036,69	143,73	28,09	74
1986[3]	4.264,18	148,05	28,80	74
1987	3.533,07	156,32	22,60	60

FONTE – Conjuntura Econômica/FGV, IEA-SP.

[1] Inclui o 13º salário;

[2] corrigido pelo IGP-DI, para novembro de 1987;

[3] valor estimado do 13º salário: Cz$ 3.160,67 (em cruzados de novembro).

trizes diminuiu significativamente, fenômeno que trouxe significado e conseqüência díspares. O primeiro concernia à retomada de investimento na atividade, determinada pela extinção do atrativo dos mercados financeiros com a estabilidade na moeda. A segunda, porque afetava de modo imediato o mercado consumidor, com a diminuição da oferta de carne, já que as vacas abatidas representam, em média, 25% do total ofertado.

Saudada como fato econômico benfazejo, a queda no envio de matrizes ao abate, sob influência do **Plano Cruzado**, durou exatamente um ano (abril de 1986 a março de 1987) e significou menos 1,5 milhão de fêmeas abatidas, ou 43% do total sacrificado no período anterior (abril de 1985 a março de 1986 – ver Quadro 07). Esse prazo pode ser considerado muito curto, tendo em vista que, historicamente, a fase de retenção de matrizes em resposta aos preços favoráveis do mercado, no ciclo pecuário, dura no mínimo dois anos. Constitui, pois, mais uma anomalia ou **estática** a perturbar o ciclo (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 11, novembro de 1986).



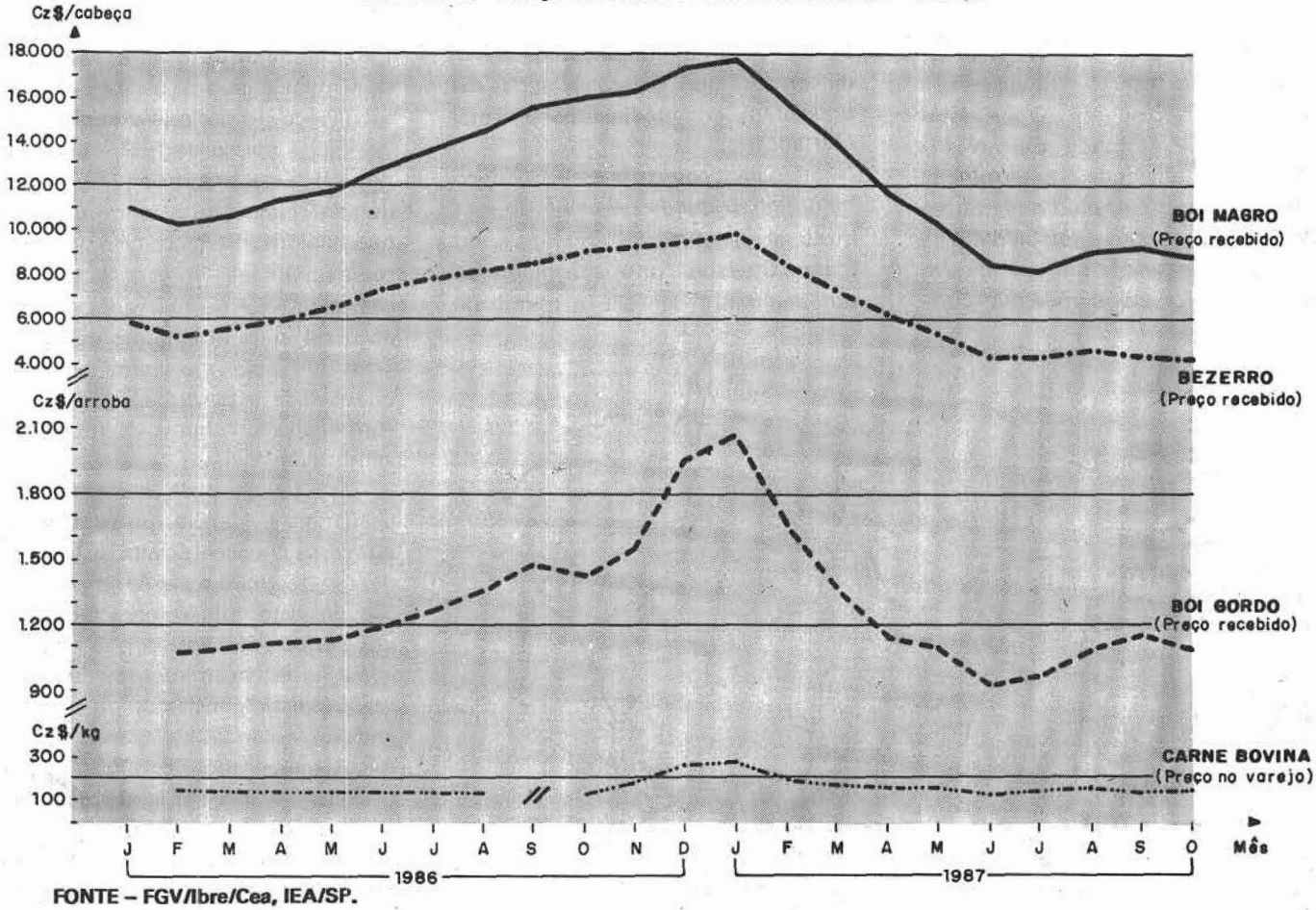
Essa reversão de expectativa do pecuarista evidencia que a atividade atravessa situação de alta instabilidade, repercutindo na própria reprodução do ciclo, que se caracteriza por um período de dois a três anos de abate ou retenção intensas de matrizes. Essas influências de ordem conjuntural, advindas de **planos econômicos** malogrados, configuram empecilhos de difícil transposição para uma atividade que, estruturalmente, à míngua de investimentos, já vem marcando passo desde o início da década atual.

QUADRO 07 – BRASIL – PERCENTAGEM DE VACAS NO TOTAL DE BOVINOS ABATIDOS
1985-87 – (1.000 cabeças)

MÊS	1985			1986			1987[1]		
	Total	Vaca	Participação (%)	Total	Vaca	Participação (%)	Total	Vaca	Participação (%)
Janeiro	865	314	36,3	815	315	38,7	621	159	25,6
Fevereiro	796	287	36,1	865	348	40,2	765	198	25,9
Março	904	313	34,6	960	342	35,6	982	260	26,5
Abril	973	304	31,2	1.140	317	27,8	910	265	29,1
Maio	1.091	311	28,5	1.039	267	25,7	929	283	30,5
Junho	980	287	29,3	867	209	24,1	948	300	31,6
Julho	975	297	30,5	584	147	25,2	870	290	33,3
Agosto	833	261	31,3	505	118	23,4	806	252	31,3
Setembro	782	232	29,7	312	90	28,8	781	222	28,4
Outubro	832	249	29,9	600	111	18,5	778	229	29,4
Novembro	751	264	35,2	493	114	23,1			
Dezembro	826	296	35,8	550	136	24,7			
TOTAL	10.608	3.415	32,2	8.733	2.514	28,9	8.390	2.458	29,3

FONTE – IBGE.
[1]Até outubro.

GRÁFICO 03 – BRASIL – BEZERRO, BOI MAGRO E BOI GORDO – PREÇO[1] RECEBIDO PELO PRODUTOR; CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇO[1] DA CARNE BOVINA NO VAREJO – 1985-87[2]



FONTE – FGV/Ibre/Cea, IEA/SP.
[1] Corrigido pelo IGP-DI, para novembro de 1987;
[2] até outubro.

SISAL

Apenas três empresas compram a produção mundial, o que impede os agricultores brasileiros de ampliarem o cultivo, sob pena de verem seus preços se depreciarem, no mercado internacional.

O **Brasil** continua liderando o mercado mundial de sisal, apesar da queda verificada em sua produção nos últimos anos. Representa cerca de 60% da produção e de 20% do comércio internacionais de **baler twine**[1], e de 50% do de fibra beneficiada (ver Quadros 08 e 09). A razão do declínio é a mesma que afetou os demais países a partir do início da década de 70: redução da demanda, devido à competição da fibra de polipropileno, de menor custo (ver Gráfico 04).

O ritmo de crescimento da produção brasileira é influenciado, ainda, pela forma como está estruturado seu mercado interno. Apenas sete empresas compram a produção, beneficiam e exportam, ficando os produtores sujeitos aos preços por elas ditados, em geral próximos ao preço mínimo garantido pelo governo. Desta forma, os produtores se vêem desestimulados a promover inversões na cultura que visem a maiores ganhos de produtividade (aliás, o rendimento físico aqui obtido situa-se abaixo da média mundial) ou mesmo maiores quantidades de **cortes** (extração de folhas).

Na verdade, desde que o consumo mundial se estabilizou em torno de 350 mil t (total adquirido por apenas três empresas importadoras no mundo) não existem razões para que o país eleve sua produção além do considerado **normal**, sob pena de seus preços se depreciarem.

Apesar de o **Brasil** deter a liderança mundial, a estrutura do mercado – muito mais concentrado do lado da compra – impede que se obtenha um maior poder de decisão na fixação de preços.

A principal área produtora do país é a Bahia, responsável por 60% da produção, seguida pela Paraíba, com 30%. Os demais 10% estão distribuídos entre o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

Estima-se que cerca de 80% da produção se destinam ao mercado internacional: 55% na forma de **baler twine** e 45% em fibra beneficiada. Esta elevada participação das exportações na destinação do produto é explicada por se tratar de material utilizado no enfardamento de feno para o rebanho bovino confinado e na amarração da palha de cereais, que têm sua principal demanda nos países desenvolvidos.

As exportações brasileiras de

QUADRO 08 – SISAL – PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES 1985 (em mil t)

PAÍS	QUANTIDADE (em mil t)	DISTRIBUIÇÃO %
Brasil	291	57,5
México	72	14,2
Quênia	50	9,9
Tanzânia	40	7,9
Madagáscar	20	4,0
Haiti	9	1,8
Outros	24	4,7
Total	506	100,0

FONTE – FAO – Production Yearbook – 1985.

QUADRO 09 – SISAL – PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – 1985 (em US$ milhão)

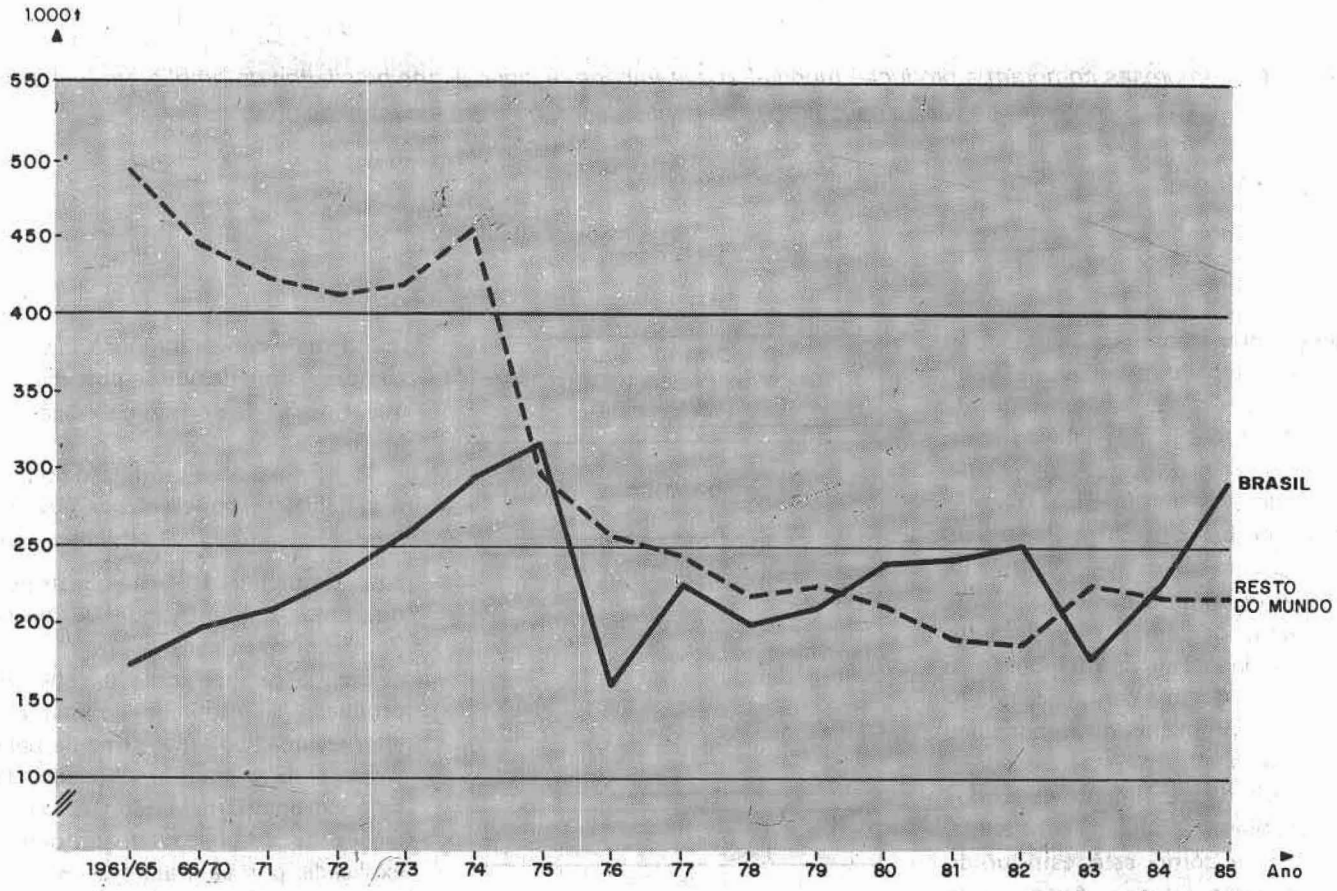
CORDOARIA[1]			FIBRA		
País	US$ milhão	%	País	US$ milhão	%
Brasil	72,67	21,1	Brasil	24,14	49,0
Portugal	40,60	11,8	Quênia	12,91	26,2
Bélgica	30,27	8,8	Madagáscar	4,78	9,7
Alemanha	23,21	6,7	Tanzânia	3,08	6,3
EUA	18,13	5,3	Portugal	0,95	1,9
México	15,25	4,4	Outros	3,34	6,9
Coréia	15,02	4,4	Total	49,20	100,0
Outros	129,39	37,5			
Total	344,54	100,0			

FONTE – Informativo Cacex – 05/10/81 – nº 1.047 – Ano 22

1 De qualquer tipo de matéria-prima, incluindo sisal e propileno.

1 Fio de sisal (cordoaria) utilizado para amarrar fardos de feno e palha de cereais.

GRÁFICO 04 – BRASIL E DEMAIS PAÍSES PRODUTORES – PRODUÇÃO DE SISAL – MÉDIAS DE 1961-65 E 1966-70 E ANOS DE 1971 A 1985 (em mil t)



FONTE – FAO Production Yearbook.

QUADRO 10 – CORDOARIA [1] – MATRIZ DE IMPORTAÇÃO – EXPORTAÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS – 1985
(em US$ milhão)

FORNECEDOR/ IMPORTADOR	BRASIL	EUA	ALEMANHA	CORÉIA	PORTUGAL	MÉXICO	BÉLGICA
Austrália	0,08	0,49	0,32	2,55	–	–	0,02
Bélgica	1,52	0,05	1,19	–	1,77	–	–
Canadá	6,55	6,74	4,21	3,29	1,74	2,44	9,44
Dinamarca	1,72	0,03	0,63	–	1,12	–	0,16
Finlândia	0,46	0,02	0,59	–	0,14	0,09	0,03
França	2,76	0,27	4,28	–	6,22	–	7,28
Alemanha	4,34	0,15	–	0,04	6,08	–	1,74
Itália	0,46	0,16	0,66	–	1,48	–	0,01
Holanda	0,81	0,23	2,86	–	0,92	–	8,49
Espanha	0,02	0,02	0,29	0,79	3,46	–	0,02
Suécia	0,96	0,10	0,92	–	1,56	–	0,06
Reino Unido	0,18	8,48	2,60	0,08	7,19	–	2,00
EUA	52,82	–	0,55	3,38	6,61	12,69	0,17

FONTE – Informativo Cacex.
[1] De qualquer tipo de matéria-prima, incluindo sisal e propileno.

QUADRO 11 - FIBRAS DE SISAL: MATRIZ-DE IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS - 1985 (em US$ milhão)

FORNECEDOR/ IMPORTADOR	BRASIL	QUÊNIA	MADAGÁSCAR	TANZÂNIA	PORTUGAL
Dinamarca	1,42	0,09	0,06	-	-
França	6,44	0,21	0,19	-	-
Itália	4,31	0,46	-	0,22	-
Portugal	9,07	1,26	4,08	0,75	-
Espanha	0,75	2,93	-	0,02	0,03
Reino Unido	0,02	1,60	-	0,02	0,91
EUA	0,73	0,11	-	0,12	0,01
Japão	-	3,30	-	0,31	-
Nova Zelândia	-	0,53	-	1,19	-
Coréia	-	1,05	-	0,05	-

FONTE - Informativo Cacex.

baler twine se destinam basicamente aos **EUA** (mais de 50%) e as fibras para **Portugal** e **França**, que as beneficiam e competem com o **Brasil** no mercado de cordoaria (ver Quadros 10 e 11). **Portugal**, em 1985, era o segundo maior exportador de **baler twine**, apropriando-se de 12% do mercado.

A safra recém-colhida (por se tratar de cultura perene, colhe-se durante todo o ano) deve alcançar cerca de 191 mil t, segundo o mais recente levantamento do **IBGE** (de dezembro) estimativa ainda considerada superestimada pelo mercado, onde se tem como certo que a produção ficará em torno de 185 mil t, levemente menor do que a do ano anterior.

Como forma de tentar promover uma elevação dos preços no mercado internacional, as indústrias beneficiadoras (e exportadoras) reduziram suas compras internas, com vistas a diminuir o total a ser exportado. Como o preço do sisal diminuiu bastante, alcançando o mínimo, os produtores não aumentaram o corte.

Em setembro, a **CFP** elevou o preço mínimo de Cz$ 3,53/kg para Cz$ 7,60/kg, corrigidos mensalmente pela **OTN**, comprando a produção que não encontrou mercado na época.

Frente a esta situação, a **Cacex** elevou o preço de registro de US$ 350/t para US$ 400/t, mais próximo do preço de referência mundial, que é o do produto africano, de melor qualidade, cotado a US$ 450/t.

Do total previsto para ser exportado em 1987 (155 mil t, gerando cerca de US$ 40 milhões), exportaram-se, até agosto, cerca de 100 mil t, demonstrando ser bastante factível até mesmo a superação da meta prevista. Com relação aos dois anos anteriores, tanto em quantidade quanto em valor, o ano de 1987 foi mais fraco (ver Quadro 12).

Desde que o espaço ocupado pela fibra concorrente (polipropileno) demonstra já ter alcançado seu limite, é provável que, nos próximos anos, desconsiderando-se condições climáticas desfavoráveis, deixem de ocorrer oscilações substanciais na produção e nas cotações mundiais.

Em 1988, espera-se que a produção brasileira apresente estabilidade, o mesmo ocorrendo com as exportações de sisal e seus subprodutos.

QUADRO 12 - BRASIL - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE SISAL - 1980 E 1984 A 1986 (em US$ mil)

PRODUTO	1980 (US$ mil)	%	(t)	%	1984 (US$ mil)	%	(t)	%
Fibras	58.997	45,4	100.050	56,6	30.735	31,6	870.070	41,9
Cordoaria	70.941	54,6	76.570	43,3	65.226	67,0	118.243	56,9
Celulose[1]	-	-	-	-	1.395	1,4	2.409	1,1
Total	129.938	100,0	176.620	100,0	97.356	100,0	207.722	100,0

cont.

PRODUTO	1985 (US$ mil)	%	(t)	%	1986 (US$ mil)	%	(t)	%
Fibras	28.750	35,3	90.665	45,5	25.548	32,8	75.691	47,6
Cordoaria	50.472	61,9	105.094	52,7	48.719	62,5	82.218	51,7
Celulose[1]	2.263	2,8	3.417	1,7	3.623	4,6	5.108	3,2
Total	81.485	100,0	199.176	100,0	77.891	100,0	159.017	100,0

FONTE - Informativo Cacex.
[1] Pasta de sisal

VINHO

*Os vinhos dos **EUA** fazem os brindes no mercado internacional.*

Os vinhos norte-americanos estão-se tornando os preferidos em cada vez mais mercados no exterior. Técnicas agressivas de **marketing** e taxas de câmbio favoráveis ajudaram a impulsionar em 27% as exportações de vinho, em 1986, fazendo com que alcançassem US$ 35,3 milhões. As perspectivas para o fechamento de 1987, baseadas nas vendas do início do ano, são ainda melhores.

Os mercados britânico e japonês foram os que apresentaram maior expansão das importações dos vinhos norte-americanos, o que pode ser atribuído a sua crescente aceitação pelos consumidores e **connaisseurs** que, tradicionalmente, voltavam-se para a **Europa**, em busca de vinhos de boa qualidade.

Outras influências sobre o incremento globalmente verificado no consumo estrangeiro incluem o maior número de mulheres entre os consumidores, a liberalização do sistema de monopólio em **Formosa** e o medo do dietilenoglicol, que maculou a reputação de alguns vinhos europeus e japoneses. A desvalorização do dólar relativamente ao iene e à libra esterlina também ajudou à expansão do mercado

O Instituto do Vinho promove a atividade, com a ajuda do TEA

Com o apoio financeiro do programa **Targeted Export Assistance (TEA)** do **USDA**, o **Instituto do Vinho (Wine Institute)** que representa os produtores da Califórnia, tem ampliado suas atividades para promover os vinhos dos **EUA**. Em 1986, o **Instituto** recebeu US$ 2,5 milhões para financiar atividades promocionais no **Japão, Hong Kong, Cingapura, Formosa, Reino Unido** e **Dinamarca**. A organização recebeu US$ 2,6 milhões adicionais em 1987, para continuar promovendo vinhos nestes mesmos países. Nos primeiros quatro meses do ano, as exportações para os seis países dobraram, em comparação com o ano anterior, para US$ 6,1 milhões.

Formosa ostentou o maior aumento nas importações (676%), passando de US$ 78 mil para US$ 606 mil, no período referido. Seguiu-se o **Reino Unido**, com 107% de expansão, chegando aos US$ 2,2 milhões contra US$ 1 milhão, um ano antes. As importações de **Hong Kong** ampliaram-se 106%, de US$ 179 mil, para US$ 369 mil. A **Dinamarca** vem a seguir, com 97% de acréscimo, tendo passado de US$ 172 mil para US$ 338 mil. Finalmente, as importações do **Japão** aumentaram 67%, de aproximadamente US$ 1,5 milhão para cerca de US$ 2,5 milhões.



As exportações para **Cingapura**, contudo, declinaram, em razão de tarifas de importação elevadas, impostos sobre o consumo de vinho e recessão econômica.

O Japão representa forte potencial

O maior potencial para o aumento das exportações dos vinhos dos **EUA** é o apresentado pelo **Japão**, devido a seu atual baixo consumo **per capita** e a algum progresso na liberalização das altas barreiras colocadas às importações.

Em abril de 1987, o **Japão** baixou sua tarifa de importação, de 30% para 21%. Adicionalmente, planeja-se substituir a taxa de 50% **ad valorem**, sobre todos os vinhos importados, por um novo sistema de taxação a partir de 1º de janeiro de 1988.

Apesar do recente sucesso do **marketing** dos vinhos dos **EUA** naquele país, as exportações futuras poderão ser tolhidas por rigorosos níveis de tolerância estabelecidos para os aditivos químicos no vinho e pelo certificado obrigatório das esta-

ções de testes do **Ministério da Saúde** japonês.

Outros mercados da **Ásia** não são tão receptivos às exportações do vinho norte-americano, em razão de interdições religiosas ao consumo de bebidas alcoólicas. Outrossim, a falta de moedas estrangeiras tem desencorajado os governos daqueles países a despenderem divisas escassas em bens supérfluos, como o vinho.

Acordo do Vinho abre o mercado da CEE

A entrada no mercado da **Comunidade Econômica Européia** tem sido auxiliada em anos recentes pelo **Acordo EUA-CEE de Práticas Enológicas**, conhecido como **Acordo do Vinho**. Além de melhorar o fluxo comercial da bebida, o **Acordo** encorajou a elevação do nível das práticas enológicas dos **EUA**, o que aprimorou a qualidade e o caráter vendável dos vinhos norte-americanos.

A planejada renovação do **Acordo do Vinho**, em julho de 1988, tem levado à discussão de algumas práticas dos **EUA**, tais como a transferência iônica e o uso do ácido fumárico. Os **Estados Unidos da América** esperam convencer a **CEE** a estender ou tornar permanente seu reconhecimento das práticas enológicas norte-americanas.

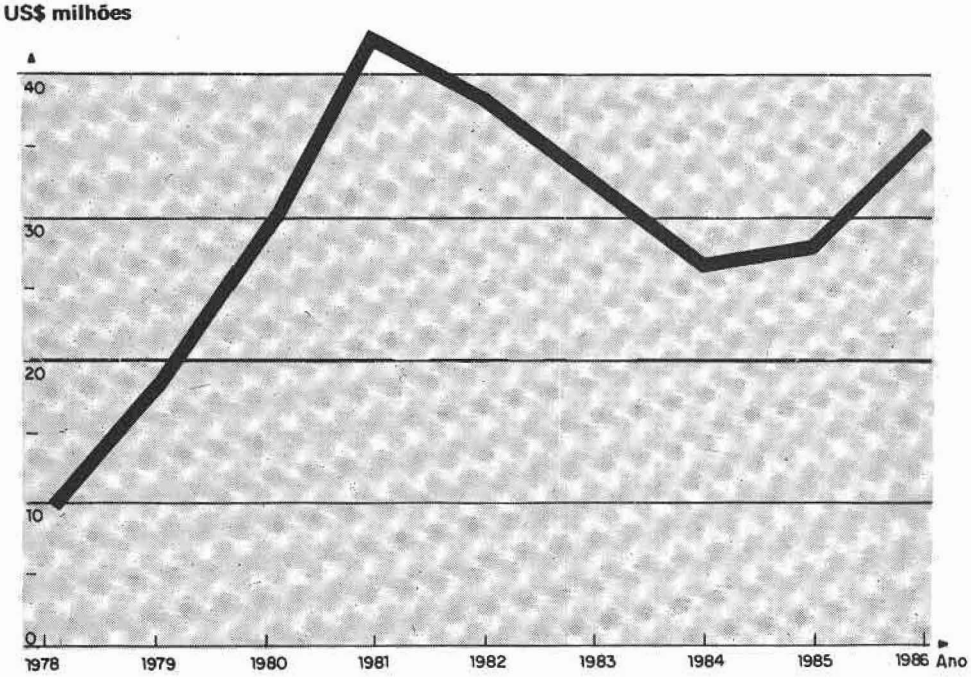
Os excedentes de vinho refreiam as importações da CEE

Embora alguns impedimentos técnicos tenham sido superados, as importações da **Comunidade** deverão ser menores este ano, em parte devido aos imensos excedentes de vinho da **CEE**. Os produtores europeus de uvas viníferas são assistidos por um sistema de preços mínimos e armazenagem subsidiada para todos os vinhos de mesa, o que provocou a formação dos estoques.

Entretanto, a **CEE** está tentando reduzir excedentes, limitando as medidas de apoio do governo. A **Comissão** da **CEE** propôs reduzir os preços de sustentação para todos os tipos de vinho de mesa e proibir a maior parte dos novos plantios de uvas, até 1990.

Além disso, o acesso aos mercados da **Comunidade** foi impedido por estreitos regulamentos classificatórios que restringem o uso de certos nomes regionais franceses, tais como **Burgundy** e **Champagne**. Estes nomes são comumente usados na rotulação de vinhos norte-americanos.

GRÁFICO 05 – EUA – EXPORTAÇÕES[1] DE VINHO – 1978-86 (em US$ milhões)



FONTE – Foreign Agriculture

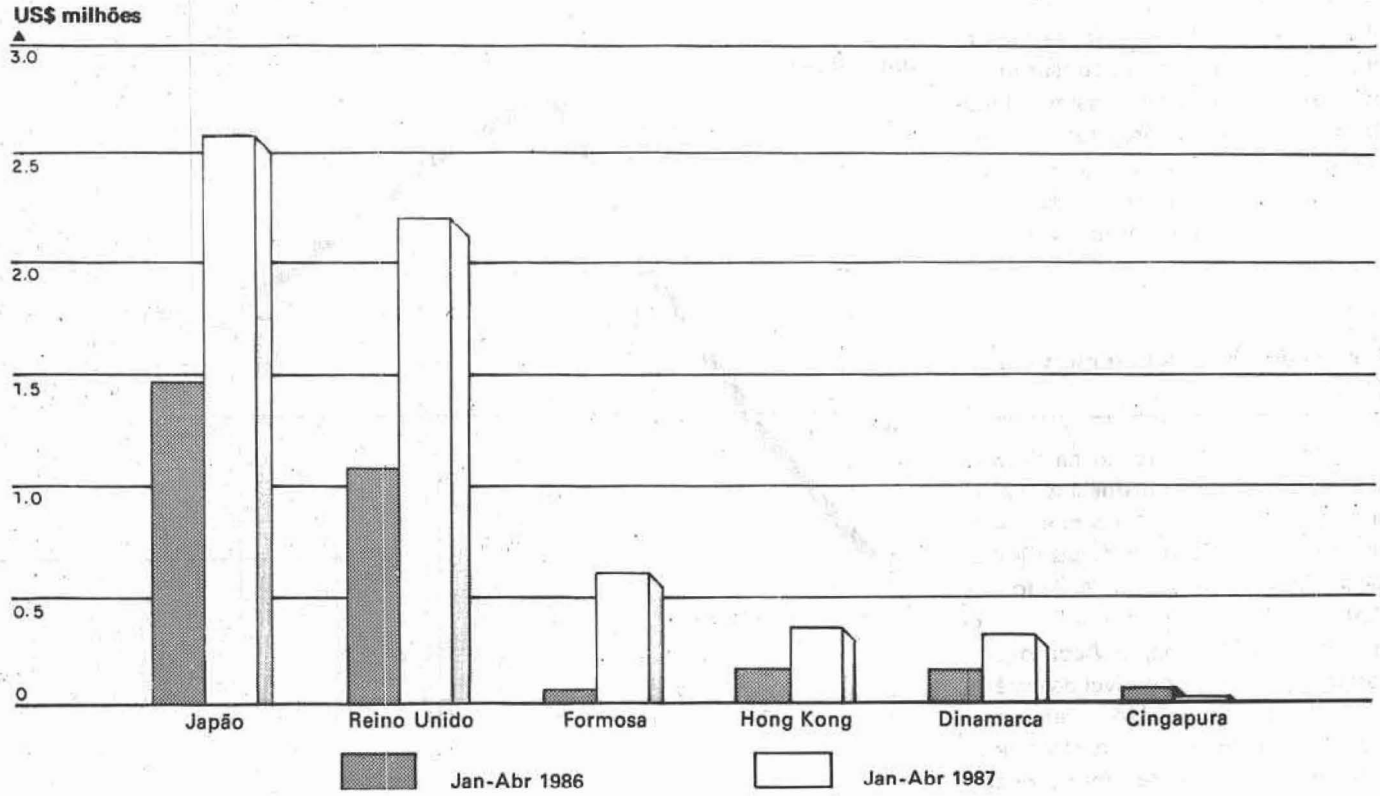
[1] **Os dados das exportações totais do** Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América **excetuam o** Canadá. **Utilizam-se dados estatísticos canadenses das importações, ao invés das exportações dos** EUA **para o** Canadá. **A subestimação destas exportações exige tal ajuste.**

Impedidas as vendas no Canadá

Embora o **Canadá** importe tanto vinho norte-americano quanto o **Japão**, suas compras diminuíram 23% em volume e 29% em valor de importação entre 1982 e 1986, de acordo com os dados de importação canadenses.

Os maiores obstáculos a impedirem o aumento das exportações de vinho norte-americano para o **Canadá** são as práticas das repartições (**boards**) provinciais de controle de bebidas alcoólicas. Cada **board** tem seu próprio sistema de listagem,

GRÁFICO 06 – EUA – INFLUÊNCIA DO PROGRAMA TEA NAS EXPORTAÇÕES DE VINHOS



FONTE – Deptº do Comércio (Bureau of Census) dos EUA.

tanto de bebidas alcoólicas domésticas quanto de importadas. Os exportadores devem ter seus vinhos listados separadamente em cada província para a qual desejem exportar. Os produtores norte-americanos têm freqüentemente tido dificuldade para obter tal **alistamento** em muitas províncias canadenses.

Se os vinhos dos **EUA** conseguem ser arrolados nos vários **boards**, é difícil promover sua venda, porque os gerentes dos armazéns de propriedade do governo geralmente são relutantes em cooperar nos esforços promocionais. Os exportadores norte-americanos queixam-se de que seu vinho, mesmo quando listado, não é exposto de modo atraente.

As vinícolas canadenses de algumas províncias também têm a vantagem de comercializarem o vinho através de seus próprios canais e dos supermercados, dois escoadouros fechados aos exportadores dos **EUA.**

Adicionalmente, o **Foreign Agricultural Service**, o **Foreign Commercial Service** e o **Consulado dos EUA** no **Canadá** colaboraram com a indústria vinícola norte-americana assistindo a **Sociedade para os Vinhos Americanos (Society for American Wines – SAW).** Este grupo promove os vinhos dos **EUA** no **Canadá**, por meio de esforços educacionais e feiras de vinhos.

Outra questão que afeta as vendas do vinho norte-americano no **Canadá** diz respeito à política de preços dos **boards** provinciais de bebidas alcoólicas, que determina um **markup** mais elevado para o vinho importado do que para o produzido internamente.

As autoridades canadenses pretextam, como defesa, que alguns estados dos **EUA** têm estruturas de tarifas e taxas de licenciamento discriminatórias, além de severas exigências de rotulação que estorvam suas exportações de vinho. As questões relacionadas ao acesso a este mercado estão sendo discutidas como parte das negociações do acordo da **Zona Livre de Comércio EUA-Canadá.**

*Texto de **Leslie Berger**, da **Divisão de Produtos Tropicais e Horticultura**, do **USDA**, publicado em **Foreign Agriculture**, em novembro de 1987. Tradução de **Fernando Roberto de Freitas Almeida**, economista do **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.***

RELAÇÃO DE TROCAS

Retoma-se hoje a divulgação dos índices de **relação de trocas**, após alterações decorrentes das mudanças no método de cálculo dos **Índices de Preços Pagos** e **Preços Recebidos** pelos produtores rurais. Estas mudanças consistiram, basicamente, na adequação dos índices estaduais à sistemática utilizada para cálculo do **IPP** e **IPR** (ver **Agroanalysis** vol. 11, nºs 2, 3 e 5, referentes aos meses de fevereiro, março e maio de 1987).

Recorde-se que os **preços pagos** pelos produtores rurais são índices relativos a um agregado de preços de produtos utilizados pelos agricultores e, embora a ponderação dos vários itens se relacione à importância desses itens ante um total, não são índices de custo de produção.

O novo **IPP** mede a evolução dos desembolsos do agricultor no que se refere à produção das principais lavouras temporárias (algodão, arroz, feijão, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo).

A estrutura de ponderações parte dos coeficientes técnicos da **Companhia de Financiamento da Produção**, representando padrões de uso de insumos correspondentes a escalas de tecnologia que resultam em determinados níveis desejados de rendimento médio por ha. Para agregar esses coeficientes técnicos, de modo a se obter um coeficiente técnico médio estadual, levantou-se a representação média dos rendimentos físicos municipais das lavouras/estados considerados para cálculo do **IPP**.

Consegue-se, dessa forma, obter a participação relativa dos diversos insumos utilizados na atividade agrícola e que abrangem os seguintes grupos de insumos: sementes e mudas; fertilizantes e corretivos; herbicidas, inseticidas, fungicidas e outros insumos químicos; aluguel e uso de máquinas; combustíveis e mão-de-obra.

O **IPR (Índice de Preços Recebidos)** mede a evolução dos preços das principais lavouras. O índice semelhante anterior, calculado pelo **Cea**, tinha como base de ponderação o

QUADRO 13 - BRASIL - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS PAGOS

MESES	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	104,48	103,57	102,31	103,48	103,02
Ago-86	108,53	106,87	104,52	106,97	105,89
Set-86	112,98	109,73	108,80	112,00	110,03
Out-86	118,60	112,13	111,66	116,45	113,40
Nov-86	123,83	114,87	115,12	119,74	116,92
Dez-86	131,87	121,02	119,03	122,00	121,54
Jan-87	137,72	128,74	122,42	125,62	126,14
Fev-87	162,76	136,04	127,22	132,23	134,34
Mar-87	172,28	152,19	144,23	147,11	149,88
Abr-87	199,77	188,13	185,78	185,13	187,95
Mai-87	237,92	217,69	220,38	222,77	222,50
Jun-87	265,18	284,59	282,34	281,35	280,41
Jul-87	275,32	321,79	316,85	312,42	311,75
Ago-87	295,18	369,65	345,66	337,48	342,55
Set-87	325,42	421,22	392,31	385,27	388,22
Out-87	367,73	463,69	435,56	423,01	430,33
Nov-87	416,33	509,22	483,68	460,69	476,37

QUADRO 14 - BRASIL - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS RECEBIDOS

MESES	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	102,88	100,06	99,83	100,56	100,89
Ago-86	106,88	101,60	101,15	102,51	103,30
Set-86	110,42	105,91	102,30	103,90	105,35
Out-86	113,37	105,42	102,87	104,26	106,51
Nov-86	116,26	107,56	104,33	106,09	108,41
Dez-86	131,53	116,28	106,35	109,33	115,02
Jan-87	138,60	110,72	107,55	111,52	116,12
Fev-87	149,96	114,18	110,64	112,71	121,31
Mar-87	168,43	119,18	116,78	119,19	128,08
Abr-87	187,14	133,36	129,63	126,11	140,34
Mai-87	240,62	175,09	163,17	157,95	178,53
Jun-87	301,03	197,91	208,62	193,65	213,94
Jul-87	352,97	203,70	232,27	220,74	233,99
Ago-87	374,26	246,52	252,00	243,20	257,79
Set-87	425,88	281,17	285,16	275,48	293,63
Out-87	477,84	321,12	322,02	316,90	331,11
Nov-87	549,26	350,41	362,70	365,98	370,09

QUADRO 15 - BRASIL LAVOURAS - INDICE DE RELAÇOES DE TROCAS

MESES	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	98,47	96,61	97,58	97,27	97,93
Ago-86	98,48	95,07	96,77	95,83	97,56
Set-86	97,73	96,52	94,03	92,77	95,75
Out-86	95,59	94,02	92,13	89,33	93,92
Nov-86	93,89	93,64	90,63	88,60	92,72
Dez-86	99,74	96,09	89,35	89,61	94,63
Jan-87	100,64	86,00	87,85	88,78	92,05
Fev-87	92,13	83,93	86,96	85,24	90,30
Mar-87	97,77	78,31	80,97	81,02	85,46
Abr-87	93,68	70,89	69,78	68,12	74,67
Mai-87	101,14	80,43	74,04	70,90	80,24
Jun-87	113,52	69,54	73,89	68,83	76,30
Jul-87	128,21	63,30	73,31	70,65	75,06
Ago-87	126,79	66,69	72,90	72,06	75,26
Set-87	130,87	66,75	72,69	71,50	75,63
Out-87	129,94	69,25	73,93	74,92	76,94
Nov-87	131,93	68,81	74,99	79,44	77,69

FONTE - FGV/Ibre/Cea e CFP/Sutec

valor da produção, conforme apurado pelo **Censo Agropecuário** de 1970 e incluia dezesseis produtos da lavoura (algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, feijão, fumo, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e trigo). No novo **IPR**, a ponderação se origina do valor da produção do **Censo Agropecuário** de 1980 e inclui, além daqueles dezesseis produtos, mais nove outros (caju, cebola, coco-da-baía, juta, malva, mamona, pimenta-do-reino, sisal e uva).

No que se refere aos produtos animais, o **Cea** continua produzindo índices referentes aos preços recebidos pelos criadores e produtores de gêneros de origem animal (boi gordo para corte, suíno, frango, leite, lã, ovos e mel de abelhas), e seu agregado, bem como **Índices de Preços Pagos** por vacinas, medicamentos e rações. Entretanto, ainda não foi possível construir um sistema de ponderações que permitisse a sua agregação.

Uma vez que o **IPP** (e seus desdobramentos estaduais) só contemplam os insumos utilizados em lavouras temporárias, a nova série de **relação de trocas** resulta do confronto entre **Índices de Preços Pagos** e de **Preços Recebidos** pelas lavouras. Por outro lado, a adoção do novo sistema de ponderação dos preços dos insumos permite estender o cálculo da **relação de trocas** a quinze estados (MA, PI, CE, RN, PB, PE, BA, MG, SP, PR, SC, RS, MS, MT e GO), em lugar dos oito estados anteriores (CE, PE, MG, ES, SP, PR, SC e RS).

Os estados para os quais é calculada a nova **relação de trocas** representam 89,8% do valor total da produção das lavouras e 91% do valor das lavouras temporárias, o que assegura a representatividade dos dados e possibilita a construção de agregados nacional e regionais bastante significativos.

Diante dos resultados agora publicados, chama a atenção o fato de que a **relação de trocas** ao longo do período é negativa nos estados do Centro-Sul, o que nem sempre

QUADRO 16 - CENTRO-SUL - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS PAGOS

MESES	MG	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	103,56	103,57	102,64	102,96	101,73	101,62	104,56	104,30
Ago-86	108,97	105,14	103,73	104,73	105,35	106,13	107,64	107,25
Set-86	111,48	108,29	107,39	107,14	110,89	112,07	113,58	111,10
Out-86	114,83	109,90	110,51	112,69	112,61	116,99	117,69	115,38
Nov-86	117,97	112,30	113,88	118,50	115,47	118,38	122,74	119,15
Dez-86	122,62	119,69	120,09	124,79	116,07	119,80	126,64	121,18
Jan-87	131,03	126,85	122,48	135,54	118,32	125,47	127,74	124,60
Fev-87	136,28	135,84	126,57	139,85	124,07	128,13	138,13	132,16
Mar-87	148,82	154,98	139,06	164,13	143,89	137,77	157,32	148,66
Abr-87	185,24	190,52	175,33	205,01	191,53	183,27	191,10	183,34
Mai-87	215,10	219,84	208,62	231,89	229,99	226,13	226,61	218,22
Jun-87	274,92	292,59	271,02	282,54	294,93	285,94	286,18	275,34
Jul-87	320,19	323,12	302,19	314,46	333,97	325,48	311,71	303,04
Ago-87	366,11	372,57	326,57	343,36	367,70	349,12	336,95	329,06
Set-87	422,75	419,95	370,65	386,67	418,25	393,16	387,38	378,26
Out-87	465,98	461,79	418,58	422,69	458,49	429,09	422,75	418,59
Nov-87	512,49	506,52	462,98	458,38	514,59	483,30	450,99	448,95

QUADRO 17 - CENTRO-SUL - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS RECEBIDOS

MESES	MG	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	100,83	100,09	99,91	100,55	99,51	99,96	100,21	101,27
Ago-86	106,28	99,15	101,71	102,15	100,26	100,57	102,20	103,82
Set-86	108,02	104,52	103,41	104,03	100,61	102,29	106,44	103,78
Out-86	109,07	103,20	104,48	104,55	100,68	101,72	107,72	104,32
Nov-86	111,90	105,29	105,36	106,34	102,64	103,07	109,10	106,65
Dez-86	114,45	116,86	108,41	107,35	103,89	104,29	112,16	111,19
Jan-87	113,45	109,26	108,57	107,82	106,36	106,56	112,42	114,13
Fev-87	109,23	114,67	108,57	111,46	112,49	107,01	111,56	116,66
Mar-87	110,83	122,05	114,04	118,70	119,03	117,28	118,14	120,62
Abr-87	116,20	141,83	127,10	127,03	133,04	125,96	126,57	125,80
Mai-87	116,20	206,20	152,19	153,20	178,26	168,31	156,91	151,97
Jun-87	144,13	226,15	198,21	189,93	225,57	208,01	201,98	181,52
Jul-87	144,13	234,25	217,16	206,67	257,14	247,52	218,42	205,97
Ago-87	186,91	282,67	236,80	222,89	278,00	282,78	226,23	227,62
Set-87	216,94	322,13	274,38	244,46	309,61	321,73	247,85	260,70
Out-87	243,10	370,62	303,13	271,79	359,33	381,26	273,37	299,65
Nov-87	270,28	401,96	345,14	304,84	400,58	423,02	333,96	345,77

QUADRO 18 - CENTRO-SUL - LAVOURAS - INDICE DE RELAÇÕES DE TROCAS

MESES	MG	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	97,36	96,64	97,34	97,66	97,82	98,37	95,84	97,09
Ago-86	97,54	94,30	98,06	97,54	95,17	94,77	94,94	96,80
Set-86	96,90	96,52	96,29	97,10	90,73	91,27	93,72	93,41
Out-86	94,98	93,91	94,54	92,78	89,40	86,94	91,53	90,41
Nov-86	94,86	93,76	92,52	89,74	88,89	87,07	88,89	89,51
Dez-86	93,33	97,64	90,28	86,03	89,51	87,05	88,57	91,76
Jan-87	86,59	86,13	88,64	79,55	89,89	84,93	88,01	91,59
Fev-87	80,15	84,42	85,78	79,70	90,67	83,52	80,77	88,27
Mar-87	74,47	78,75	82,01	72,32	82,72	85,13	75,09	81,14
Abr-87	62,73	74,44	72,49	61,96	69,46	68,73	66,23	68,62
Mai-87	54,02	93,80	72,95	66,07	77,51	74,43	69,24	69,64
Jun-87	52,43	77,29	73,14	67,22	76,48	72,75	70,58	65,93
Jul-87	45,01	72,50	71,86	65,72	76,99	76,05	70,07	67,97
Ago-87	51,05	75,87	72,51	64,92	75,61	81,00	67,14	69,17
Set-87	51,32	76,71	74,03	63,22	74,03	81,83	63,98	68,92
Out-87	52,17	80,26	72,42	64,30	78,37	88,85	64,66	71,58
Nov-87	52,74	79,36	74,55	66,50	77,84	87,53	74,03	77,02

FONTE - FGV/Ibre/Cea e CFP/Sutec

ocorre naqueles do Nordeste (exceto no Maranhão e na Bahia). A explicação para este fato pode estar na importância relativa das lavouras de algodão e cana-de-açúcar frente ao conjunto da produção regional. No período, estes dois produtos registraram considerável elevação de seus preços. Por outro lado, no que se refere às despesas produtivas, a participação da mão-de-obra é mais elevada nos estados nordestinos. Foi justamente o item salários o que teve um dos menores aumentos, a partir do início de 1987.

O outro fator que deve ter pesado nos resultados da região Nordeste foi a safra reduzida, que tem como contrapartida uma elevação dos preços. Por isso mesmo, porém, não se pode garantir que uma melhor **relação de trocas** represente melhoria da renda agrícola. Tudo leva a crer que a redução na safra superou, na região, a elevação dos preços.

Já o desempenho desfavorável da **relação de trocas** no Centro-Sul está ligado tanto à elevação dos custos de produção, nos quais fertilizantes e agrotóxicos têm participação destacada, quanto à defasagem dos preços recebidos.



QUADRO 19 - NORDESTE - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS PAGOS

MESES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	BA
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	103,77	104,16	104,75	105,64	104,99	102,72	105,24
Ago-86	108,40	108,05	109,22	111,08	109,05	104,98	108,98
Set-86	112,07	111,78	114,04	117,34	114,49	108,20	113,99
Out-86	117,96	117,73	120,80	124,23	121,15	113,25	118,66
Nov-86	124,50	125,10	130,51	133,35	121,18	116,65	121,89
Dez-86	130,23	132,55	131,41	135,17	129,28	120,09	136,41
Jan-87	145,93	133,73	135,96	137,31	132,82	121,57	138,09
Fev-87	175,55	153,25	162,60	167,79	156,36	142,43	161,02
Mar-87	180,08	157,25	173,99	179,14	178,43	162,94	169,41
Abr-87	203,17	174,75	195,97	204,37	211,25	191,44	203,82
Mai-87	232,26	197,42	234,36	244,98	256,84	238,33	249,09
Jun-87	267,25	224,04	243,69	257,08	275,18	256,22	282,84
Jul-87	289,85	255,06	242,51	258,70	269,78	251,65	289,59
Ago-87	318,45	276,97	261,29	270,01	274,77	271,84	306,70
Set-87	346,31	313,74	302,41	306,09	296,90	304,50	333,96
Out-87	394,75	361,12	336,43	333,66	342,32	346,15	374,15
Nov-87	438,17	401,31	376,07	404,16	391,17	402,92	426,99

QUADRO 20 - NORDESTE - LAVOURAS - INDICE DE PREÇOS RECEBIDOS

MESES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	BA
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	102,45	102,41	102,17	102,84	104,88	101,88	104,73
Ago-86	103,80	108,03	109,01	103,47	111,72	104,39	111,16
Set-86	106,06	111,37	115,96	107,79	114,36	105,30	116,90
Out-86	109,99	115,16	121,31	112,79	121,08	106,27	118,90
Nov-86	112,60	122,10	127,22	119,41	125,74	108,49	120,76
Dez-86	128,93	142,75	142,98	140,80	150,15	128,61	123,50
Jan-87	138,58	168,74	167,20	149,17	154,47	137,91	127,92
Fev-87	151,56	190,42	180,50	194,82	177,69	155,09	132,81
Mar-87	156,53	195,40	188,48	196,79	188,47	176,58	151,82
Abr-87	156,06	197,86	187,38	200,42	195,78	183,46	191,36
Mai-87	164,84	195,44	208,43	289,32	278,45	297,91	252,70
Jun-87	175,41	209,12	225,79	325,51	314,85	328,87	296,24
Jul-87	190,41	232,64	246,29	347,90	350,25	351,10	399,44
Ago-87	215,95	260,50	318,88	401,35	406,71	367,12	387,85
Set-87	252,20	329,40	445,90	512,74	456,45	415,67	405,77
Out-87	301,61	394,23	540,88	646,35	614,27	468,01	408,19
Nov-87	391,38	468,36	581,78	689,25	662,03	532,95	463,34

QUADRO 21 - NORDESTE - LAVOURAS - INDICE DE RELAÇOES DE TROCAS

MESES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	BA
Jun-86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jul-86	98,73	98,32	97,54	97,35	99,89	99,18	99,52
Ago-86	95,76	99,98	99,81	93,15	102,45	99,44	102,00
Set-86	94,64	99,63	101,68	91,86	99,89	97,32	102,55
Out-86	93,25	97,82	100,43	90,79	99,94	93,84	100,20
Nov-86	90,45	97,60	97,48	89,54	103,77	93,01	99,07
Dez-86	99,00	107,70	108,81	104,17	116,15	107,09	90,53
Jan-87	94,96	126,18	122,97	108,64	116,30	113,44	92,63
Fev-87	86,33	124,25	111,01	116,11	113,64	108,89	82,48
Mar-87	86,92	124,26	108,33	109,85	105,63	108,37	89,62
Abr-87	76,81	113,22	95,61	98,07	92,68	95,83	93,89
Mai-87	70,97	99,00	88,94	116,10	108,41	125,00	101,45
Jun-87	65,64	93,34	92,65	126,62	114,41	128,35	104,74
Jul-87	65,69	91,21	101,56	134,48	129,83	139,52	137,93
Ago-87	67,81	94,05	122,04	148,64	148,02	135,05	126,46
Set-87	72,82	104,99	147,45	167,51	153,74	136,51	121,50
Out-87	76,40	109,17	160,77	193,71	179,44	135,21	109,10
Nov-87	89,32	116,71	154,70	170,54	169,24	132,27	108,51

FONTE - FGV/Ibre/Cea e CFP/Sutec

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

O **Decreto-lei nº 2.400**, de 21/12/87, estabelece que a **Cobal** deverá transferir à **União**, até 31/03/88, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital das **Centrais de Abastecimento S.A. (Ceasa)**. O **Decreto-lei** também estabelece que tais ações poderão ser alienadas, mediante doação, aos estados, municípios e respectivas entidades da administração indireta, desde que o donatário se comprometa a manter inalterado o objetivo social da **Ceasa**, sejam incluídos representantes dos usuários e dos empregados da **Ceasa** nos órgãos de administração da sociedade e a observar a orientação normativa dos órgãos e entidades da administração federal (**D.O.U.**, de 22/12/87).

As **Portarias nº 437,438,439 e 441**, de 31/12/87, do **Ministério da Fazenda**, definem normas relativas à execução orçamentária da política de estocagem do governo federal em função da implementação do **Orçamento das Operações Oficiais de Crédito** (**D.O.U.**, de 31/12/87).

Este **Orçamento** foi criado pelo **Decreto nº 94.442**, de 12/06/87, que estabeleceu procedimentos para a formulação da proposta orçamentária de 1988, como parte do conjunto de medidas que constituiu o chamado **Plano Bresser**, visando a impedir que operações de crédito governamental ultrapassem os recursos do **Orçamento Geral da União.**

A partir de 1º/01/88, portanto, as despesas com a aquisição interna e externa, estocagem, conservação, movimentação e venda de produtos agropecuários nacionais e importados de interesse da política de formação de estoques reguladores do governo federal (conduzida pela **Seap, Ministério da Fazenda**), do **IAA** (caso do açúcar), da comercialização de trigo (a cargo do **Banco do Brasil S.A.**) e as **Aquisições do Governo Federal** (**AGF**, a cargo da **Companhia de Financiamento da Produção**) serão efetuadas com recursos do **Tesouro Nacional**, que os repassará, sob forma de empréstimo, ao **Banco do Brasil S.A.**, onde serão contabilizados em contas específicas.

As **Portarias** especificam a finalidade, utilização, encargos financeiros e normas relativas à remuneração, garantias, reembolsos e outras características das citadas contas. No caso em que as vendas dos produtos objetos dos empréstimos sejam feitas a preços inferiores aos de sua aquisição, o **Orçamento** deverá, dentro de limites especificados, pagar a diferença, como **Equalização de Preços.**

As instituições financeiras interessadas em realizar operações com os recursos previstos no **Orçamento das Operações Oficiais de Crédito** deverão submeter seus pedidos ao **Comitê de Limites de Crédito – CLC** – composto pelo **Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda**, pelo **Secretário do Tesouro Nacional** e pelo **Diretor de Crédito Rural, Industrial e Programas Especiais do Bacen.** O regimento interno deste novo **Comitê** consta da **Portaria nº 440**, de 30/12/87, do **Ministério da Fazenda** (**D.O.U.**, de 31/12/87).

Bacen – Banco Central do Brasil
CMN – Conselho Monetário Nacional
Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos
D.O.U. – Diário Oficial da União
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
IPP – Índice de Preços Pagos
OTN – Obrigações do Tesouro Nacional
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PH – peso hectolítrico
Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento
VBC – Valor Básico de Custeio

AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 55**, de 03/12/87, reajusta os preços da cana-de-açúcar, álcool e açúcar (ver Quadro 22) em 12,84%. Nos últimos dois meses, é o terceiro reajuste (**D.O.U.**, de 04/12/87).

O **Ato nº 58**, de 21/12/87, do **IAA**, modifica e redistribui o volume da produção de álcool das destilarias da região Centro-Sul, relativa à safra 1987/88, conforme Quadro 23 (**D.O.U.**, de 23/12/87).

QUADRO 22 - BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL		NORTE--NORDESTE
	Rio de Janeiro	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)			
no campo	533,55	521,39	691,78
na esteira	724,76	711,67	928,82
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)			
Açúcar cristal **standard**	583,29	522,44	656,78
superior	625,09	564,24	698,58
especial	645,98	585,13	719,47
Preços do açúcar e do ácool para o mercado interno[2]			
Açúcar cristal **standard** (Cz$/50 kg)	926,14	925,58	927,74
superior (Cz$/50 kg)	977,29	976,74	978,89
especial (Cz$/50 kg)	1.002,84	1.002,29	1.004,46
Álcool (Cz$/l)			
anidro	19,33	19,13	19,95
hidratado	18,30	18,11	18,90
Preços do açúcar e do álcool para exportação			
Açúcar demerara (Cz$/t)	10.299,24		13.388,67
cristal especial (Cz$/50 kg)	663,66		725,39
refinado granulado (Cz$/50 kg)	738,91		765,07
Álcool (Cz$/l)			
anidro	19,23	19,03	19,85
hidratado	18,21	18,02	18,81

FONTE – IAA, Ato nº 56/87.

[1] **A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;**

[2] **Os preços aqui considerados são os** preços oficiais de faturamento, **que incluem Pis, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquota de 17%.**

O **Decreto-lei nº 2.401,** de 21/12/87, proíbe, a partir de 1º/06/88, a utilização de recursos do **Tesouro Nacional** nas operações de compra e venda de açúcar de produção nacional para fins de exportação. Tais operações passarão, a partir da citada data, a ser realizadas por pessoas naturais e jurídicas de direito privado. Em seu parágrafo único, o **Decreto-lei** estabelece que os **Ministros da Fazenda** e da **Indústria e Comércio** deverão propor ao **Presidente da República** as medidas necessárias, assegurando ainda a continuidade da produção da agroindústria canavieira nordestina (**D.O.U.**, de 22/12/87).

QUADRO 23 – REGIÃO CENTRO-SUL – DISTRIBUIÇÃO REAJUSTADA DA PRODUÇÃO AUTORIZADA DE ÁLCOOL – SAFRA 1987/88 – (m³)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁLCOOL (m³)		
	Total	Anidro	Hidratado
Minas Gerais	538.008	52.823	485.185
Espírito Santo	137.256	20.443	116.813
Rio de Janeiro	235.809	22.956	212.853
São Paulo	7.427.492	1.515.925	5.911.567
Paraná	681.296	90.341	590.055
Santa Catarina	16.600	–	16.600
Rio Grande do Sul	1.510	–	1.510
Mato Grosso do Sul	285.279	37.331	247.948
Mato Grosso	153.816	10.334	143.482
Goiás	369.636	72.135	297.501
TOTAL DA REGIÃO CENTRO-SUL	9.846.702	1.822.288	8.024.414

FONTE – IAA, Ato nº 58/87.

CRÉDITO RURAL

A **Resolução nº 1.431**, de 15/12/87, do **Bacen**, permite que recursos aplicados em crédito rural, mas tomados através de operações contratadas na carteira comercial ou em **Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento**, ou em **Bancos de Investimento** vinculados ao mesmo conglomerado do **banco comercial** sejam enquadrados no **item XIII** da **Resolução 1.352**, de 1º/07/87, que permite a extensão às operações realizadas com recursos próprios livres da repactuação das taxas de juros, a critério da instituição financeira (**D.O.U.**, de 16/12/87).

O objetivo desta **Resolução nº 1.431** é permitir a solução de um dos problemas decorrentes do fracasso do **Plano de Estabilização Econômica**. Em 1986, como se recorda, a perspectiva do fim da inflação levou os agricultores a se endividarem pesadamente, não só através dos financiamentos com recursos do crédito rural mas, também, em operações com a carteira comercial dos bancos, uma vez que os juros pareciam atraentes e estava afastada a hipótese de correção monetária. Mais tarde, quando a inflação voltou a se manifestar com redobrado vigor e os juros se anteciparam à escalada dos preços, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores par saldarem seus compromissos financeiros (tanto mais que os preços no nível do agricultor não se recuperaram) levaram as autoridades a adotar uma série de medidas paliativas, como as aqui enumeradas.

A **Resolução nº 1.426**, de 15/12/87, do **Bacen**, estabelece limites de financiamento (ver Quadro 24) para operações de crédito rural a cooperativas (**D.O.U.**, de 16/12/87).

A Resolução nº 1.435, de 28/12/87, do **Bacen**, estende aos mutuários que contrataram operações amparados pelo **PAPP** no período de 1º/10/86 a 31/12/86 e que tenham optado (ou venham, a fazê-lo) pelas condições estabelecidas pela **Resolução nº 1.367**, de 30/10/87 (isto é, encargos financeiros de 3% a.a. e atualização monetária correspondente à variação da **OTN**) o benefício relacionado no item 3 daquela **Resolução nº 1.367** (parcela do empréstimo não será reembolsada em proporções de 50%, 40% e 30% para financiamentos contratados em 1987 e 1988, 1989 e 1990 aos seguintes, respectivamente) (**D.O.U.** de 20/12/87).

A **Resolução nº 1.436**, de 28/12/87, do **Bacen**, atualiza os parâmetros da apuração do valor global (ver Quadro 25) para fim de classificação dos beneficiários do crédito rural. A nova classificação entrará em vigor a partir de 1º/01/88 (**D.O.U.**, de 29/12/87). Os novos parâmetros representam uma elevação de 100% em relação aos vi-

QUADRO 24 – BRASIL – LIMITES DE FINANCIAMENTOS PARA COOPERATIVAS

CRÉDITOS ESPECIAIS	COOPERATIVAS(1) Grupo I	Grupo II
ADIANTAMENTOS A COOPERADOS	100	100
FORNECIMENTO A COOPERADOS		
– Custeio	100	80
– Investimento		
• florestamento e reflorestamento, financiamento de bovinos e de aquisição ou reforma de máquinas, tratores, veículos, equipamentos e embarcações	100	70
• drenagem, proteção e correção do solo	100	90
• demais investimentos	100	80
ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS DE TAXAS DE RETENÇÃO	80	80
INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS-PARTES		
– Custeio	100	80
– Investimento		
• florestamento e reflorestamento, financiamento de bovinos e de aquisição ou reforma de máquinas, tratores, veículos, equipamentos e embarcações	100	70
• drenagem, proteção e correção do solo	100	90
• demais investimentos	100	80
REPASSE	(2)	(2)

FONTE – Bacen, Resolução nº 1.426.
(1) Cooperativas do Grupo I são compostas em pelo menos 70% de seu quadro social ativo por mini e pequenos produtores. As demais cooperativas constituem o Grupo II;
(2) os mesmos limites aplicáveis aos subempréstimos.

QUADRO 25 – PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO RURAL

CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR	RENDA BRUTA (EM MVR) Avicultura e Olericultura (de)	(até)	Suinocultura (de)	(até)	Demais Atividades (de)	(até)
Miniprodutor	–	800	–	1.000	–	400
Pequeno produtor	801	2.400	1.001	3.000	401	1.200
Médio produtor	2.401	12.000	3.001	15.000	1.201	6.000
Grande produtor	acima de	12.000	acima de	15.000	acima de	6.000

FONTE – Bacen, Resolução nº 1.436

gentes anteriormente e atendem reclamação dos bancos comerciais, que vinham encontrando dificuldade em atender a prescrição legal de destinar pelo menos 30% de suas aplicações em crédito rural ao atendimento de pequenos produtores.

A **Resolução nº 1.437**, de 28/12/87, do **Bacen**, publica aos **VBC** relativos à safra de 1988 na Região Nordeste, Território Federal de Roraima e Estado do Pará (neste último, apenas o algodão herbáceo está contemplado). Como ocorrera com o **VBC** do Centro-Sul, os valores estão fixados em **OTN**, de forma a não sofrer deterioração quando da liberação das segunda e terceira parcelas (**D.O.U.**, de 20/12/87).

A **Resolução nº 1.438**, de 28/12/87, do **Bacen**, determina a prorrogação por até dois anos (com um de carência) para os créditos de custeio relativos à batata-inglesa para consumo (**D.O.U.**, de 29/12/87).

LEITE

A **Portaria nº 269**, de 17/12/87, da **Sunab**, fixa preços mínimos de compra ao produtor e máximo de venda aos consumidores para o leite conforme o Quadro 26 (**D.O.U.** de 18/12/87).

QUADRO 26 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE – Cz$/litro

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇO MÍNIMO AO PRODUTOR Leite-quota[1]		PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR	
	Até 15/01/88	A partir de 16/01/88	Até 15/01/88	A partir de 16/01/88
PE	16,50	18,50	24,00	27,00
AL	16,50	18,50	24,00	27,00
SE	16,50	18,50	24,00	27,00
BA	16,50	18,50	24,00	27,00
MG	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]
ES	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]
RJ	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]
SP	14,00	15,82	21,50[2]	24,30[2]
PR	14,00	15,82	21,50	24,30
SC	14,00	15,82	21,50	24,30
RS	14,00	15,82	21,50	24,30
MS	14,00	15,82	21,50	24,30
MT	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]
GO	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]
DF	14,00	15,82	23,50[2]	26,60[2]

FONTE – Sunab, Portaria nº 269

[1] O preço do leite-quota para a indústria foi fixado em Cz$ 13,30/litro até 15/01/88 e Cz$ 15,00/litro a partir de 16/01/88;

[2] inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

PREÇOS MÍNIMOS

O **Decreto nº 95.457**, de 10/12/87 fixa os preços mínimos básicos (Quadros 27 e 28) para a safra de verão 1987/88. (**D.O.U.**, de 11/12/87). Observe-se que estes preços mínimos já tinham sido aprovados pelo **CMN** e divulgados em meados de

QUADRO 27 - PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA DE VERÃO DE 1987/88, EM OTN/KG, PARA OS PRODUTOS QUE NÃO TÊM VARIAÇÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN

PRODUTO	PREÇO MÍNIMO EM OTN/KG	VALIDADE(1)
Arroz irrigado(2)	0,021341	Até jul/88
Arroz de sequeiro(2)	0,018314	Até jul/88
Batata-semente	0,035304	Até mar/88
Castanha de caju	0,052956	Até mar/88
Casulo de seda	0,198586	(3)
Cera de carnaúba	0,120476	(3)
Feijão	0,046337	Até mar/88
Juta/Malva	0,048985	Até jul/88
Mandioca	0,002860	Até jul/88
Rami	0,052956	(3)
Semente de juta	0,137686	Até jul/88
Semente de malva	0,137686	Até jul/88
Sisal	(4)	(3)
Sorgo	0,009929	Até jul/88
Trigo mourisco	0,007414	Até mar/88

FONTE – Decreto nº 95.457.

(1) Encerrado o período de validade dos preços mínimos em OTN, os mesmos permanecerão constantes em cruzados, até o fim do ano-safra, pelo valor (em Cz$/kg) que vigorou para o último mês de validade;

(2) valem também como preços mínimos básicos para Roraima e áreas irrigadas do Nordeste, com conversão para cruzados pelo valor da OTN na data-base (agosto/87) e operações contratadas a partir de 1º/09/87;

(3) preços mínimos com correção mensal pela variação das OTN até o fim do ano-safra;

(4) preço mínimo fixado pelo Decreto nº 94.691, de 27 de julho de 1987.

agosto de 1987, faltando-lhes, entretanto, existência legal. O **Decreto** esclarece, ainda, que os preços dos produtos que estavam enquadrados na política de plurianualidade (arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo) terão reajuste de 95% da variação da **OTN** na data-base. Recorde-se que, em 1986, o chamado **Plano de Metas para a Agricultura** estabelecia que aqueles produtores estariam sujeitos a um regime de plurianualidade que lhes garantia reajustes anuais de pelo menos 80% da variação do **IPP** e um **gatilho** sempre que a variação do **IPP** atingisse 20% (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 8, agosto de 1986).

O **Decreto** também determina que o governo intervirá nos mercados agrícolas (comprando e/ou vendendo estoques e liberando importações) quando os preços de mercado ultrapassarem uma faixa de preços denominada de **faixa de livre mercado.** O limite superior desta faixa será um preço de referência definido para cada produto e região; o limite inferior será o próprio preço mínimo. O preço de referência será equivalente à média dos preços corrigidos, no nível do atacado, acrescido de uma margem para cada produto/região; o cálculo será elaborado a cada safra, contando-se um intervalo de sessenta meses até noventa dias do início do plantio, que, na região Centro-Sul, tem início em junho, segundo o **Decreto.** A margem foi fixada, na safra 1987/88, em 12% para o arroz e milho e 17% para o feijão. O **Decreto** não menciona margens para os demais produtos atendidos pela política de garantia de preços mínimos, nem esclarece qual o fator de cálculo para correção dos preços de referência (recorde-se que, nos últimos sessenta meses, vários índices foram utilizados para o cálculo oficial da inflação).

Segundo o **Decreto**, o governo acionará a venda de seus estoques, ou a liberação das importações, sempre que o preço de mercado superar o preço de referência durante duas semanas consecutivas, dando início às vendas na terceira semana. As vendas dos estoques e a liberação de importações serão interrompidas quando os preços de mercado baixarem para níveis iguais ou inferiores ao preço de referência. Ainda segundo o **Decreto** a liberação ou suspensão de importações deverá ser feita sem prejuízo dos acordos internacionais celebrados pelo governo. Finalmente, o **Decreto** esclarece que as medidas poderão ser estendidas a outros produtos, regiões ou safras, através de **Decreto** e por proposta do **Ministério da Agricultura.**

TRIGO

A **Portaria nº 258**, de 02/12/87, da **Sunab**, fixa em Cz$ 11.752,26/t o preço de aquisição do trigo e do triticale de produção nacional, com **PH 78** (**D.O.U.**, de 04/12/87).

A **Portaria nº 268**, de 15/12/87, da **Sunab**, fixa em Cz$ 9.775/t, o preço de venda aos moinhos do trigo importado e do produto nacional com **PH 78.** A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 734,34/50 kg o preço de venda da farinha de trigo comum e em Cz$ 939,32/50 kg o da especial. A farinha de trigo comum para fins não-alimentícios deverá ser vendida a Cz$ 1.032,10/50 kg e a especial sem subsídio a Cz$ 1.320,24/50 kg. Estes preços entram em vigor em 21/12/87 (**D.O.U.**, de 16/12/87).

QUADRO 28 – REGIÃO CENTRO-SUL – PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS PRODUTOS DE CICLO CURTO DA SAFRA DE VERÃO 1987/88, EM OTN/KG, COM VARIAÇÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN

PRODUTO	PREÇO MÍNIMO A VIGER EM (1)						
	Out/87	Nov/87	Dez/87	Jan/88	Fev/88	Mar/88(2)	De abr/88 em diante
Amendoim	0,018322	0,018688	0,019062	0,019443	0,019832	0,020229	(3)
Girassol	0,015768	0,016083	0,016405	0,016734	0,017068	0,017409	(3)
	Fev/88	Mar/88	Abr/88	Mai/88	Jun/88	Jul/88(2)	De ago/88 em diante
Algodão	0,039171	0,039954	0,040753	0,041568	0,042400	0,043248	(3)
Mamona	0,024981	0,025481	0,025991	0,026510	0,027041	0,027581	(3)
Milho	0,011695	0,011835	0,011977	0,012121	0,012266	0,012414	(3)
Soja	0,014989	0,015289	0,015594	0,015906	0,016224	0,016549	(3)

FONTE – Decreto nº 95.457.
(1) Na hipótese de transformação de operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) em AGF (Aquisições do Governo Federal), será assegurado ao tomador do empréstimo o recebimento da diferença entre o preço mínimo em OTN vigente no mês de contratação do empréstimo e o vigente no mês de conversão da operação, transformada em cruzados pela relação Cz$/OTN vigente neste último. No caso de conversões para AGF que venham a ocorrer após março (ou agosto) de 1988, tomar como referência o preço mínimo (em OTN) vigente naquele mês;
(2) estes preços serão válidos para as operações de AGF (Aquisições do Governo Federal) de mini e pequenos produtores até março (julho) de 1988. Após março (julho) de 1988 prevalecem os critérios da nota nº 3;
(3) A partir de abril (julho) de 1988 permanecerão em vigor os preços em OTN/kg do mês imediatamente anterior, convertidos para cruzados pela equivalência de Cz$/OTN de março (julho) de 1988.

AGROANALYSIS- MATÉRIAS PUBLICADAS NO ANO DE 1987

MATÉRIAS / MESES	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
ÁLCOOL				■								
ALGODÃO					■			■	■			■
AMENDOIM											■	
ARROZ			■								■	■
AVALIAÇÃO ECONÔMICA...												■
AVEIA			■									
AVICULTURA			■		■	■						
BATATA										■		
CAFÉ		■					■					
CALENDÁRIO DO AGROANALYSIS	■											
CEBOLA				■								
CENSOS AGROPECUÁRIOS						■						
CEVADA								■				
CRÉDITO AGRÍCOLA			■									
DILEMAS DA POL. AGRÍCOLA					■							
FEIJÃO			■	■	■			■				
FINANCIAMENTO DA SAFRA									■			
FUMO		■										
IPR			■									
LARANJA						■						
MAÇÃ				■								
MEL			■									
MILHO			■	■						■		■
NOVOS ÍNDICES RURAIS					■	■						
PECUÁRIA DE CORTE				■			■					
PECUÁRIA DE LEITE		■					■				■	
POLÍTICA AGRÍCOLA E IPP		■										
PRODUTO REAL		■										■
RAÇÕES	■											
SOJA						■		■	■			
SORGO												■
SUINOCULTURA		■			■							
TOMATE										■		
TRIGO							■					
UVA		■	■					■				
VINHO							■					

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de dezembro
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de dezembro *
3 – Preço médio na última quinzena de dezembro *
4 – Preço médio na última semana de dezembro *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,65	8,17	8,97	9,26	8,17		8,47		8,46		8,46		8,50					A estimativa atual de **"E.D. & F.Man"** para a safra 1987/88 é um pouco menor, com 102,76 milhões de t, 9% das quais produzidas pelo **Brasil.** A redução da estimativa ocorreu em razão das safras de **Cuba, Índia, Paquistão** e **Filipinas.**
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	56,20	66,56	68,25	68,64			66,56		67,35		67,37			64,51		63,31		Prováveis importações da **Índia** e possível redução da safra soviética vêm sustentando a elevação das cotações.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.864,0	1.793,25	1.801,5	1.798,33			1.793,25		1.822,25		1.849,95		1.879,1			1.912,84		O fracasso da reunião da **ICCO** e a conseqüente queda acelerada dos preços deverão motivar reação por parte dos países produtores, com objetivo de sustentar seus preços.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	140,00	128,44	129,33	129,37			128,44		130,54		132,55		134,54			135,74		Cortes na quota global tenderão a manter os preços dentro da faixa do **AIC.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	166,64	190,23	188,33	186,5			190,23		195,34		199,23			197,87		196,07		Mercado deprimido pelo fraco movimento das exportações.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	491,29	594,83	600,73	598,41	594,83		604,4		611,11		614,91	611,47	591,51		586,23			O bom comportamento do clima no **Brasil** e na **Argentina** ainda não afetou as cotações, mas poderá fazê-lo.
SOJA FARELO US$/tonelada	143,61	199,86	198,77	200,8	199,86		191,41		184,61		181,92	181,30	180,52	177,66				O **revigoramento** temporário do dólar faz-se sentir no mercado. A alta dos preços do óleo de palma torna o óleo de soja o derivado com maior possibilidade de alta.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	277,19	314,92	314,16	308,83			314,92		311,08		434,15		307,92		311,34			Os estoques do **USDA** em 1º/12/87 foram menores do que os de um ano antes, mas não diminuíram tanto quanto se supunha. Esperam-se menores produção e exportação da **Austrália.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de dezembro de 1986, corrigido pelo IGP, para dezembro de 1987
2 – Preço médio no mês de dezembro
3 – Preço médio na última quinzena de dezembro
4 – Preço médio na última semana de dezembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	1.688,10	1.992,5	2.060,00	2.070,00	➡	Retomada dos pregões da **CFP**, após quase um mês de paralisação, deverá frear a elevação das cotações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	1.386,20	1.000,00	1.000,00	1.000,00	➡	Em janeiro, segundo a **CFP** a transformação em **AGF** de aproximadamente 200 mil t de arroz, que estão em **EGF**, reduzirá a pressão baixista da oferta. A mesma fonte informa, porém, que há um preocupante **represamento** do arroz de sequeiro.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	12.328,48	6.047,25	5.788,33	5.800,00	➡	Redução das quotas externas poderá arrefecer a demanda dos exportadores.
BOI GORDO Cz$ /arroba	2.310,32	1.187,5	1.200,00	1.200,00	➡	Entrada da safra, verificando-se aumento da oferta de bois gordos. Permanece o problema do baixo poder de compra da população.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	2.164,81	1.647,5	1.575,00	1.575,00	➡	O plantio em Irecê está afinal sendo favorecido pelas chuvas. A boa qualidade do feijão **das águas**, que abastecerá o mercado até março, deve estimular o plantio **da seca.**
FRANGO Vivo Cz$ /kg	78,58	32,91	33,5	33,5	➡	O mercado vem sendo afetado pela queda do preço da arroba do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	511,46	473,5	490,00	490,00	➡	O governo abastece o mercado neste fim de entressafra, atualizando seus preços de acordo com a inflação.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	746,54	1.005,00	1.075,00	1.075,00	➡	Segundo a **CFP** houve esmagamento recorde em 1987, mas as exportações situaram-se abaixo do que indicavam os registros da **Cacex**, o que deixou certa disponibilidade no mercado interno.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

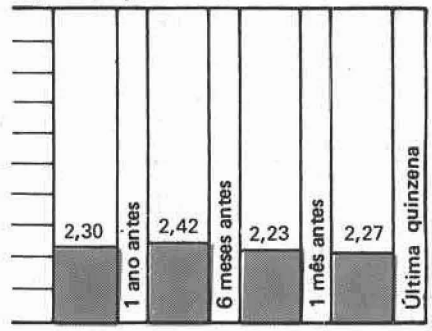
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

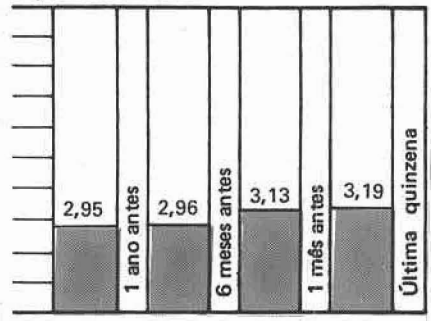
A despeito da maior oferta mundial de algodão, a retomada do consumo, devido à aceleração da economia internacional e à maior preferência pela fibra por parte das indústrias têxteis, manteve em ascensão os preços do produto: na quinzena, seu patamar era 21% superior ao de um ano antes. Desempenho semelhante foi apresentado pela soja, na medida em que o declínio do valor do dólar, em 1987, incentivou a sua utilização e as vendas norte-americanas. Por este motivo, na última quinzena, o preço relativo **algodão/soja** apresentou-se próximo ao de um ano antes.

Algodão/Soja



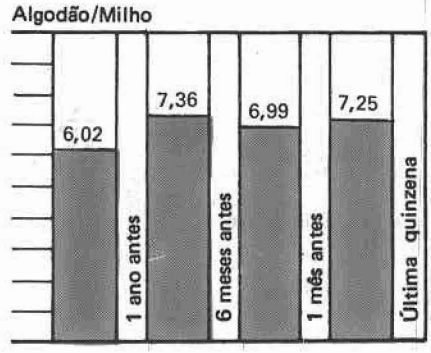
Durante a última quinzena, o preço do milho apresentou desvalorização frente à média do mês, devido à colocação no mercado de produto detido pelo governo. Como, no período, o preço da soja elevou-se, aumentou o preço relativo **soja/milho**, mantendo-se acima do nível de um ano antes.

Soja/Milho



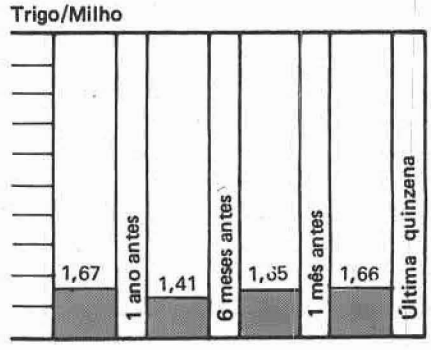
As tendências diametralmente opostas nos mercados do algodão e do milho, registradas ao longo de 1987, mantiveram-se no último mês do ano, fazendo o preço relativo **algodão/milho**, da última quinzena, registrar nível superior ao de um ano antes.

Algodão/Milho



Embora semelhante ao preço médio do mês, a cotação do trigo, na última quinzena, foi 13% maior do que a de um ano antes. O mercado tritícola beneficia-se, assim, das maiores vendas norte-americanas dentro do **Export Enhacement Program** e do conseqüente menor estoque final, esperado para 1987/88. Como, no período, a cotação do milho apresentou igual avanço, o preço relativo **trigo/milho** também não variou.

Trigo/Milho

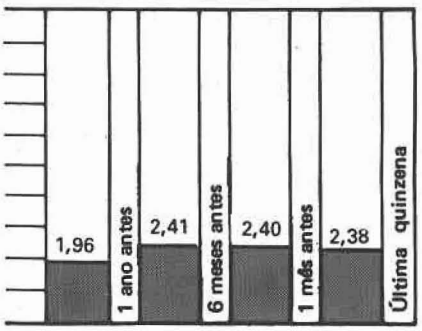


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

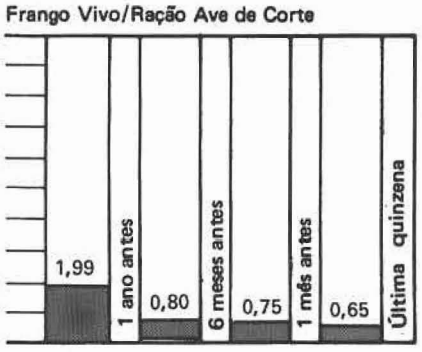
A semelhança entre os preços relativos **boi gordo/frango vivo** da última quinzena e da média do mês evidencia a ausência de movimentações expressivas nestes mercados. A oferta elevada de carnes em geral, frente ao consumo retraído, devido à perda do poder de compra dos salários, explica a atual situação.

Boi Gordo/Frango Vivo



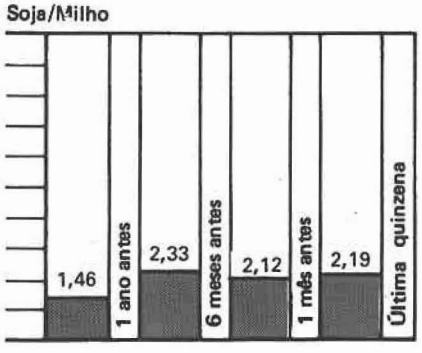
A incapacidade do preço da ave viva de acompanhar a evolução do custo, representado pelos gastos com o arraçoamento, fez diminuir, na última quinzena, a relação **frango vivo/ração**, frente à da média do mês. Há um ano, os avicultores desfrutavam de posição muito mais confortável, em que pese a então menor disponibilidade de grãos para uso como ração, já que a oferta de aves foi inferior à atual.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



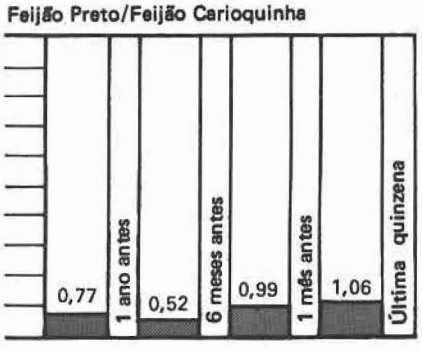
O aumento de 7% registrado na quinzena, no preço da soja, comparativamente ao da média do mês, fez com que se elevasse, no mesmo período, o preço relativo **soja/milho**, uma vez que o preço do milho valorizou-se em 3%. O mercado do cereal continua pressionado pelo **desaquecimento** da demanda, devido à queda do consumo de carnes de aves e suína, ao mesmo tempo em que o mercado do **Centro-Sul** encontra-se bem abastecido pelo produto dos estoques governamentais.

Soja/Milho



A entrada da safra das águas no mercado fez caírem os preços do **feijão-carioquinha**, que, na quinzena, foram 4% inferiores à média do mês. Em conseqüência, aumentou, no período, o preço relativo **feijão-preto/feijão-carioquinha.**

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

QUADRO 29 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO NO ANO CIVIL DE 1986 E 1987

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	1986	1987[1]	Variação (%)	1986	1987[1]	Variação (%)
TOTAL	49.891.296	49.544.072	0,70	–	–	–
Abacaxi[2]	39.814	45.437	14,12	838.535	957.068	14,14
Algodão arbóreo (em caroço)	1.163.905	696.065	–40,20	116.103	60.499	–47,89
Algodão herbáceo (em caroço)	1.995.842	1.276.600	–36,04	2.198.437	1.611.994	–26,68
Alho	14.644	17.780	21,41	62.976	75.550	19,97
Amendoim (em casca)	160.981	142.761	–11,32	216.261	196.355	– 9,20
Amendoim (1ª safra)	111.883	109.618	– 2,02	155.720	154.344	– 0,38
Amendoim (2ª safra)	49.098	33.143	–32,50	60.541	42.011	–30,61
Arroz (em casca)	5.590.927	5.997.068	7,26	10.404.676	10.421.592	0,16
Aveia (em grão)	129.923	146.668	12,89	133.637	181.343	35,70
Banana[3]	429.838	447.661	4,15	504.216	514.726	2,08
Batata-inglesa	160.776	176.977	10,08	1.833.651	2.342.586	27,76
Batata-inglesa (1ª safra)	94.435	99.214	5,06	914.507	1.349.690	47,59
Batata-inglesa (2ª safra)	66.341	77.763	17,22	919.144	992.896	8,02
Cacau (em amêndoa)	657.216	649.918	– 1,11	460.442	337.034	–26,80
Cana-de-açúcar	3.945.898	4.313.814	9,32	238.493.386	270.431.405	13,39
Cebola	63.399	75.381	18,90	635.251	856.021	34,75
Centeio (em grão)	5.070	3.112	–38,62	5.095	4.202	–17,53
Cevada (em grão)	102.966	103.498	0,52	185.520	193.404	4,25
Coco-da-baía[2]	174.488	181.574	4,06	579.195	598.586	3,35
Feijão (em grão)	5.484.590	5.215.583	– 4,90	2.219.478	2.019.460	– 9,01
Feijão (1ª safra)	2.865.888	2.867.018	0,04	1.006.669	1.051.828	4,49
Feijão (2ª safra)	2.618.702	2.348.565	–10,32	1.212.809	967.632	–20,22
Fumo (em folha)	279.539	297.409	6,39	387.257	398.149	2,81
Guaraná (semente)	10.612	11.756	10,78	1.371	1.582	15,39
Juta (fibra)	28.737	20.495	–28,68	27.857	19.435	–30,23
Laranja[2]	707.226	724.766	2,48	66.633.107	73.363.833	10,10
Maçã[2]	...	21.136	...	...	1.666.455	...
Malva (fibra)	35.953	40.099	11,53	35.840	46.121	28,69
Mamona	457.085	263.341	–42,39	261.378	106.809	–59,14
Mandioca	2.050.313	1.939.073	– 5,43	25.555.997	23.398.728	– 8,44
Milho (em grão)	12.460.129	13.499.445	8,34	20.541.227	26.786.647	30,40
Pimenta-do-reino	20.662	21.157	2,40	45.432	46.548	2,46
Rami (fibra)	5.530	7.100	28,39	7.000	15.500	121,43
Sisal ou Agave (fibra)	322.311	296.181	– 8,11	246.232	191.294	–22,31
Soja (em grão)	9.185.551	9.131.621	– 0,59	13.334.691	16.813.832	26,09
Sorgo (em grão)	198.598	245.082	23,41	370.122	460.729	24,48
Tomate	51.481	57.619	11,92	1.838.334	2.043.177	11,14
Trigo (em grão)	3.897.719	3.439.969	–11,74	5.638.470	5.889.395	4,46
Uva	58.483	59.062	0,99	589.775	559.254	– 5,18

FONTE – IBGE.

1 Dados preliminares sujeitos a retificações; levantamento de dezembro;

2 produção em mil frutos;

3 produção em mil cachos.

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – Cepagro,** cuja coordenação técnica é do **IBGE.** A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ermani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL